

## **Brazil**

---

### **Semi-arid Sustainable Development Project in the State of Piauí (Viva o Semiárido)**

#### **Supervision Report**

#### **Main report and appendices**

Mission Dates: 14 a 25 de maio de 2018.

Document Date: 12/09/2018

Project No. 1100001486

Report No. 4821-BR

Latin America and the Caribbean  
Programme Management Department

## Abbreviations and Acronyms

## A. Project Overview

Region:	Latin America and the Caribbean	Project at Risk Status:	Not at risk
Country:	Brazil	Environmental and Social Category:	B
Project Name:	Semi-arid Sustainable Development Project in the State of Piauí (Viva o Semiarido)	Climate Risk Classification:	not available yet
Project Id:	1100001486	Executing Institution:	not available yet
Project Type:	Rural Development	Implementing Institutions:	not available yet
CPM:	Claus Reiner		
Project Director:	not available yet		
Project Area:	not available yet		

Approval Date	15/09/2009	Last audit receipt	01/08/2017
Signing Date	09/04/2013	Date of Last SIS Mission	10/08/2018
Entry into Force Date	09/04/2013	Number of SIS Missions	15
Available for Disbursement Date	09/04/2013	Number of extensions	0
First Disbursement Date	01/08/2013	Effectiveness lag	43 months
MTR Date	12/05/2017		
Original Completion Date	30/06/2020		
Current Completion Date	30/06/2020		
Financial Closure	not available yet		

## Project total financing

<b>IFAD Financing breakdown</b>	IFAD	\$20,000,160
<b>Domestic Financing breakdown</b>	Beneficiaries	\$6,669,709
	Local Government	\$9,671,449
	National Government	\$2,800,000
<b>Co-financing breakdown,</b>		
<b>Project total financing</b>		<b>\$39,141,318</b>

## Current Mission

Mission Dates: 14 a 25 de maio de 2018.

Days in the field: 12

Mission composition: Hardi Vieira (Oficial de Programas do FIDA no Brasil, CPO); Emmanuel Bayle (Coordenador Técnico da Missão e Especialista em Desenvolvimento Rural); Danilo Pisani (Especialista em Gerenciamento Financeiro), Lucianna Matte (Especialista em Aquisições e Contratações), Pablo Sidersky (Especialista em Desenvolvimento de Capacidades e Assistência Técnica), Pedro Meloni (Especialista em Investimentos Produtivos), Rodica Weitzman (Especialista em Gênero, Comunidades Tradicionais e Focalização), Rodrigo Dias (Especialista em Planejamento, Monitoramento e Avaliação), e Tatiana Botelho (Especialista em Meio Ambiente e Mudanças Climáticas).

Field sites visited:

Secretária do Desenvolvimento Rural (SDR), o Secretario de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR), o Superintendente de Ensino e Aprendizagem da Secretaria da Educação (SEDUC), o Superintendente de Coperação Técnico-Financeiro da Secretaria do Planejamento (SEPLAN), o Superintendente do Tesouro da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), procuradores da Procuradoria Geral do Estado (PGE), o Diretor Presidente do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a Presidente da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais (CEPRO), e técnicos da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Empreendedorismo (SETRE), EMBRAPA Meio Norte, EMBRAPA Semiárido e do Programa Água Doce. Além disso, a missão manteve inúmeras reuniões com parceiros do projeto entre os quais: representantes das entidades e empresas fornecedoras de Assistência Técnica (AT): Cooperativa de Produção e Serviços de Técnicos Agrícolas do Piauí (COOTAPI), Empresa de Gerenciamento e Tecnologia Rural (ENGETER), Empresa de Planejamento e Assessoria Técnica Rural (EMPLANTA), Centro de Estudos Ligados a Técnicas Alternativas (CELTA), Serviço de Mobilização e Assessoria para o Desenvolvimento Sustentável Regional (SEMEAR), Caritas Diocesana de São Raimundo Nonato; representantes da sociedade civil e organização de produtores: Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Instituto COMRADIO, Centro do Educação Ambiental e Assessoria (CEAA), Associação de Produtores Agroecológicos do Semiárido do Estado do Piauí (APASPI), Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí (CECOQ). Houve uma reunião com o Comitê de Políticas para Mulheres Rurais e outra com a empresa L.Vieira, que está efetuando o sistema contábil do PVSA. No campo, as comunidades visitadas foram: Associação Dos Pequenos Produtores De Carnaíba Boa Vista, em Itainópolis; Comunidade Laranjo e Associação Serra do Inácio, em Betânia do Piauí; Projeto APAE Rural, de Colônia do Piauí; Projeto Vista Alegre, em Oeiras; Projeto Mateus e Comunidade Juazeiro do Secundo, em Jacobina do Piauí; Associação dos Apicultores, em Lagoa do Sítio; Projeto Lagoa do Barbosa, em Pimenteiras; Projeto Lisboa, em São João do Piauí.

## B. Overall Assessment

Key SIS Indicator #1	Ø	Rating	Key SIS Indicator #2	Ø	Rating
Likelihood of Achieving the Development Objective		4	Assessment of the Overall Implementation Performance		4

<b>Effectiveness and Developmental Focus</b>	<b>4</b>	<b>Project Management</b>	<b>4</b>
Effectiveness	4	Quality of Project Management	4
Targeting and Outreach	4	Knowledge Management	4
Gender equality & women's participation	3	Value for Money	4
Agricultural Productivity	4	Coherence between AWPB and Implementation	4
Nutrition	4	Performance of M&E System	4
Adaptation to Climate Change	5	Requirements of Social, Environmental and Climate Assessment Procedures (SECAP)	

<b>Sustainability and Scaling-up</b>	<b>4</b>	<b>Financial Management and Execution</b>	<b>3</b>
Institutions and Policy Engagement	4	Acceptable Disbursement Rate	4
Partnership-building	5	Quality of Financial Management	2
Human and Social Capital and Empowerment	4	Quality and Timeliness of Audit	4
Quality of Beneficiary Participation	4	Counterparts Funds	3
Responsiveness of Service Providers	4	Compliance with Loan Covenants	4
Environment and Natural Resource Management	4	Procurement	3
Exit Strategy	4		
Potential for Scaling-up	4		

<b>Relevance</b>	<b>4</b>
------------------	----------

## C. Mission Objectives and Key Conclusions

### Background and Main Objective of the Mission

Entre os dias 14 e 25 de maio de 2018 foi realizada a missão de supervisão do FIDA ao Projeto Viva o Semiárido (PVSA). Nos dias 14 a 17 de maio a missão esteve em campo visitando as atividades em diversas comunidades nos municípios de Betânia do Piauí, Colônia do Piauí, Itainópolis, Jacobina do Piauí, Lagoa do Sítio, Oeiras, Paulistana, Picos, Pimenteiras, São João da Varjota e São João do Piauí. Entre os dias 18 e 25 de maio o FIDA manteve reuniões em Teresina com várias autoridades governamentais: a Secretária do Desenvolvimento Rural (SDR), o Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR), o Superintendente de Ensino e Aprendizagem da Secretaria da Educação (SEDUC), o Superintendente de Coperação Técnico-Financeiro da Secretaria do Planejamento (SEPLAN), o Superintendente do Tesouro da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), procuradores da Procuradoria Geral do Estado (PGE), o Diretor Presidente do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a Presidente da Fundação Centre do Pesquisas Econômicas e Sociais (CEPRO), e técnicos da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), EMBRAPA Meio Norte, EMBRAPA Semiárido e do Programa Água Doce. A missão também manteve reuniões com o Coordenador do PVSA e a equipe técnica da unidade gestora do projeto (UGP) e dos escritórios regionais do projeto (ERPs).

Além disso, a missão manteve inúmeras reuniões com parceiros do projeto entre os quais: representantes das entidades e empresas fornecedoras de Assistência Técnica (AT): Cooperativa de Produção e Serviços de Técnicos Agrícolas do Piauí (COOTAPI), Empresa de Gerenciamento e Tecnologia Rural (ENGETER), Empresa de Planejamento e Assessoria Técnica Rural (EMPLANTA), Centro de Estudos Ligados a Técnicas Alternativas (CELTA), Serviço de Mobilização e Assessoria para o Desenvolvimento Sustentável Regional (SEMEAR), Caritas Diocesana de São Raimundo Nonato; representantes da sociedade civil e organização de produtores: Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Instituto COMRADIO, Centro do Educação Ambiental e Assessoria (CEAA), Associação de Produtores Agroecológicos do Semiárido do Estado do Piauí (APASPI), Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí (CECOQ). Houve uma reunião com a empresa L.Vieira, que está efetuando o sistema contábil do PVSA.

### Key Mission Agreements and Conclusions

A missão do FIDA ocorreu num momento crucial do PVSA tendo em vista que restam 2 anos para seu fechamento em junho de 2020. A missão destacou o bom avanço na implementação e a dedicação e esforço da equipe do PVSA. Diante disso, o FIDA acordou com o aditivo ao PVSA no valor de até USD 20 milhões de financiamento FIDA.

Apesar dos avanços na implementação do PVSA, a missão se deparou com desafios e gargalos importantes para garantir o êxito na sua implementação e principalmente para que as ações tenham sustentabilidade. Infelizmente, grande parte dos acordos efetuados com o FIDA na missão de RMT de maio de 2017 não foram cumpridos e isso em parte explica os problemas enfrentados pelo PVSA no momento. Assim sendo, a missão destaca os principais pontos abaixo:

- **A permanente ausência de um sistema contábil;**
- **A lenta implementação dos PIPs devido principalmente a:**
  - **Atrasos injustificáveis nos repasses de recursos às organizações beneficiárias;**
  - **Cargalos na área de prestação de contas e compras de materiais;**
- **Problemas técnicos como, por exemplo, em temas ambientais;**
- **O modelo frágil do serviço de assessoria técnica sistemática (ATS), incluindo principalmente a gestão destes contratos;**
- **A ausência de fluxos claros de responsabilidade na equipe do PVSA;**
- **A demora na contratação de consultorias específicas por meio do PCT com o IICA;**

Diante disso, a missão efetuou acordos chaves com o Governo do Piauí que serão imprescindíveis de serem efetivados, a seguir:

- **Garantir o sistema contábil até o dia 31/07;**
- **Efetuar o os pagamentos de pelo menos a primeira parcela às associações beneficiárias de todos os PIPs aprovados (inclusive da próxima reunião do CONGEP) até dia 06/07/2018, ou seja, antes do defeso eleitoral;**
- **Acelerar o pagamento às prestadoras de ATS desvinculando o pagamento das parcelas dos PIPs;**
- **Nomear alguém na UGP como principal "interlocutor" com as prestadoras de ATS;**
- **Contratação via PCT com o IICA de 10 especialistas em gestão para apoio às cinco URGPs;**
- **Lançar um edital via EMATER de chamamento público para contratação de organização para fornecimento de 25 técnicos agrícolas;**
- **Reformular o modelo do edital para prestação de serviços de ATS e submeter para avaliação do FIDA de modo que até o dia 01/01/2019 esteja operante;**
- **Contratar urgentemente o Assistente de M&A e especialista em Gênero;**
- **Submeter ao FIDA o TDR para um Assessor ao Diretor Executivo via PCT com IICA.**

Ficou confirmado que uma missão de apoio do FIDA voltará ao Piauí entre os dias **5 e 10 de agosto** para fazer seguimento aos acordos deste Memorando. A missão acredita que com os cumprimentos dos acordos, o PVSA garantirá o sucesso na sua operação e continuará sendo um projeto de referência ao FIDA no Brasil e no mundo. Além disso,

tendo em vista o aditivo e uma possível fase II do PVSA, as medidas acima terão impacto a longo prazo, estabelecendo um modelo de desenvolvimento rural sustentável e redução da pobreza no semiárido do Piauí.

## D. Overview and Project Progress

O Contrato de Financiamento do PVSA foi assinado em abril de 2013, e se tornou efetivo na mesma data, e tem sua **conclusão prevista para 30 de junho de 2020 e o encerramento para 30 de dezembro de 2020**. Assim sendo, o Projeto possui 02 anos para finalizar todas as ações previstas em campo.

Desde a missão de revisão de meio termo (RMT) realizada em maio de 2017, o PVSA teve um avanço geral da sua implementação significativo, principalmente no que tange aos **Planos de Investimentos Produtivos (PIPs), passando de 28 para 85 PIPs**.

A **taxa de desembolso do empréstimo é de 56% e dobrou desde a RMT**. A execução financeira é de 47% do orçamento total, sendo que era de 26% no ano passado. Houve, portanto, um avanço significativo da execução financeira.

Entre os avanços mais marcantes, a Missão aponta os seguintes:

- 85 PIPs em execução iniciada, com assessoria técnica apoiando a implementação destes em campo
- 187 PIPs elaborados, sendo 142 PIPs aprovados pelo CONGEP. Os 45 PIPs restantes, ou estão em análise na UGP, ou estão aguardando a próxima reunião do CONGEP para análise e aprovação;
- O conjunto desses 187 PIPs vai beneficiar 7.487 famílias. Nesse universo, 2.160 são mulheres e 1.061 são jovens;
- Os 187 PIPs estão distribuídos em 56 municípios entre os 89 municípios da área do Projeto;
- A intervenção do co-executor EMATER tem trazido um aporte muito importante na implementação do PVSA assumindo um terço dos 142 PIPs aprovados pelo CONGEP. O EMATER tem sido um aliado fundamental do PVSA;;
- No caso do co-executor SETRE, a missão identificou importantes avanços em sua implementação, como a conclusão dos cursos em 10 comunidades (2 por território), que beneficiou 266 jovens. Atualmente, foi publicado o edital para a contratação de uma empresa para a realização de 79 cursos, para beneficiar mais de 1.500 jovens;
- As atividades da co-executora SEDUC capacitaram de forma muito relevante 1.380 professores das redes estadual e municipais, na temática da Educação Contextualizada, com estimativa que estes professores possam transmitir conhecimentos para mais de 40.000 alunos;
- Em M&A, os avanços consistem no início da elaboração uma estratégia para a verificação de resultados quantitativos (inclusive financeiro) e qualitativos de todas ações do PVSA em campo;
- Em gênero, houve a formalização do Comitê Gestor de Gênero, iniciativa do PVSA mas com alcance estadual.

A **avaliação geral dessa Missão é globalmente positiva porém foram observados alguns importantes desafios e problemas**, que a equipe do PVSA terá de enfrentar nos próximos dois anos, sendo que alguns foram destacados na RMT de maio de 2017. Será necessário um foco muito grande da equipe do PVSA ainda mais em se tratando de um ano eleitoral.



## E. Project implementation

### a. Development Effectiveness

#### Effectiveness and Developmental Focus

Effectiveness

Rating: 4

Previous rating: 4

#### Justification of rating

O projeto mostra evidências de que seu objetivo será atingido e o ritmo de implementação financeira e em campo aumentou bastante desde a RMT. Mas algumas ações de determinados componentes não conseguirão atingir 100% da meta estipulada no desenho do Projeto. Há uma perspectiva que o PVSA conseguirá atender mais de 22.000 famílias, ao considerar todas ações em curso. O PVSA está ciente do atraso de implementação e atualmente está buscando alcançar os resultados através do reforço e reformulação da equipe, tanto na UGP, quanto em campo com as co executoras e as entidades de ATS. O projeto tornará a avaliar os resultados obtidos em curso e há uma perspectiva de que estudos de avaliação preliminares estejam prontos em agosto de 2018.

#### Log-Frame Analysis & Main Issues of Effectiveness

O Projeto atingiu 76% da meta de atender “22000 famílias rurais pobres beneficiarias diretas dos serviços do projeto”, com grande expectativa de alcançar a meta.

Em relação aos componentes, há um indicativo de não alcance das metas dos componentes 1, pela questão de reformulação das atividades previstas para este, conforme sinalizado na RMT, como por exemplo, a redução do nº de PIPs a serem conveniados.

Em relação às coexecutoras, a SETRE irá alcançar a meta acordada na RMT em meados de 2019; No caso da SEDUC, há uma expectativa de alcance das metas global até o fim do Projeto.

Mensuração dos indicadores dos avanços físicos quantitativos: Em relação a estes dados, a missão reforça que o Projeto mantenha um banco de dados cadastral de todos os beneficiários. A missão identificou divergências de informações entre o material disponibilizado pelo PVSA com a realidade em campo. Recomenda-se que este ponto seja sanado de forma tempestiva e que a **adoção de um sistema cadastral de beneficiários**, possa proporcionar o pleno gerenciamento destas informações. Deverá conter os dados referentes aos beneficiários dos PIPs, e dos associados às cooperativas (para investimentos produtivos dos Planos Estratégicos), inclusive com o monitoramento das cooperativas singulares que possuem relação comercial com as cooperativas beneficiadas, bem como a mensuração dos respectivos cooperados. Em relação aos beneficiários pelas ações da SEDUC, o Projeto contabilizará também, o total de alunos das escolas envolvidas, conforme marco lógico. No caso dos beneficiários referentes aos cursos administrados pela SETRE, o PVSA deverá contabilizar os jovens participantes dos eventos.

O PVSA deverá monitorar (anualmente) o acesso dos beneficiários aos programas de políticas públicas, como por exemplo PRONAF, PAA, PNAE, seguros e outros programas de relativos à créditos, inclusive os valores monetários envolvidos, conforme solicitado na RMT.

A missão registra que o Projeto finalizou a contabilização dos beneficiários atendidos por capacitação entre os anos de 2015 e 2017, alcançando o resultado de 16.879 famílias beneficiadas pelas ações do PVSA, dentro da meta de 22.000 famílias.

Mensuração dos indicadores de resultado: É cada vez mais importante que o PVSA desenvolva estudos de avaliações de resultados, onde estes possam abranger todas atividades desenvolvidas pelo Projeto junto aos beneficiários. Recomenda-se utilizar outros indicadores de resultados, além dos presentes no ML.

É primordial que o PVSA mantenha a parceria institucional com a Fundação CEPRO. O FIDA reconhece a Fundação como um importante parceiro capaz de apoiar na construção de uma metodologia para a avaliação dos resultados em campo, bem como sua análise. Ficou acordado que a CEPRO irá elaborar um plano de trabalho para ser entregue até dia 15/06/2018 ao PVSA. É primordial que o Projeto trate este assunto de forma urgente, e auxilie todos os entes envolvidos para que esta atividade seja executada de forma plena. A proposta ira abordar uma metodologia de avaliação quantitativa e qualitativa dos resultados já alcançados em campo, utilizando uma amostra reduzida e que abranja todos os tipos de ações do Projeto, como por exemplo, dos investimentos produtivos comunitários, dos estratégicos, e das ações da SETRE e SEDUC. Estima-se que o Projeto tenha resultados preliminares sistematizados até o final do mês de agosto de 2018.

Monitoramento do Marco Lógico: Conforme acordado na missão de fevereiro de 2018, o M&A será responsável por manter o marco lógico do projeto atualizado, com indicadores de processo, inclusive os sub-indicadores criados para quantificar a execução financeira dos PIPs, conforme a liberação de suas parcelas. Destaca-se mais uma vez, a importância de mensurar os indicadores de resultado.

#### Development Focus

**Justification of rating**

Dos 189 PIPs elaborados, que alcançam um total de 7,487 famílias, 2,160 mulheres e 1,061 jovens estão envolvidos diretamente com sua gestão e com as atividades previstas. Deste total de PIPs, 5 são projetos protagonizados estritamente por mulheres, enquanto em mais 7, as mulheres constituem a maioria dos beneficiários/as. Apenas 4 empreendimentos contam com uma participação mais acentuada por parte da juventude rural. Em relação as comunidades tradicionais, no caso dos PIPs aprovados pelo CONGEP, dentro de quatro territórios (Chapada de Itaim, Serra da Caipivara, Guaribas e Canindé), são contempladas um total de 548 famílias de 18 comunidades quilombolas. No Território Vale de Itaim, há uma Associação indígena que foi mobilizada e está aguardando a elaboração do PIP.

**Main issues**

Em relação as atividades desenvolvidas no campo de gênero, durante a missão foi possível verificar que houve poucos avanços. Uma grande lacuna no PVSA é a falta de uma especialista no tema para encaminhar as ações contidas no Plano Estratégico de gênero, que foi incorporado no desenho do aditivo PVSA +, em agosto de 2017.

De modo geral, a participação dos jovens no conjunto de PIPs é bem mais tímida, havendo indícios de que apenas 4 empreendimentos contam com uma participação mais acentuada por parte da juventude rural. Recomenda-se que, nestes PIPs, que focalizam apicultura e ovinocultura/caprinocultura, haja uma atenção especial na assistência técnica prestada, para que os/as jovens desenvolvam o “gosto” por estas atividades produtivas e se envolvam em outras ações voltadas para o fortalecimento da organização comunitária.

Em relação ao trabalho desenvolvido com o público jovem, merece destaque a parceria bastante promissora que foi firmada recentemente com Instituto Comradio, envolvendo a execução de um projeto de formação em recursos audiovisuais para 120 jovens da área de incidência do PVSA, que tem como resultado final a consolidação da Rede “Viva o Semiárido.” Indubitavelmente, este projeto terá repercussões no âmbito do PVSA, contribuindo para o protagonismo juvenil, mas precisa haver cuidado para reforçar duas frentes: (i) a incorporação de um enfoque de gênero, que não apenas se reduz a garantia de “cotas mínimas” de participação; (ii) a construção de um sistema de monitoramento, que não apenas se encerra com a finalização do curso, mas que pode acompanhar seus efeitos sobre o público jovem nas etapas posteriores. Merecem destaque também algumas iniciativas pontuais de capacitação previstas no segundo semestre de 2018, como um Curso que ocorrerá em São João do Piauí, um Evento territorial que ocorrerá no município de Jacobina e o Encontro Nacional de Juventude de Semiárido que ocorrerá em Teresina. Embora todas estas ações sejam bastante positivas, é necessário que façam parte de uma estratégia consistente e coesa de intervenção, integrando *um Plano de Ação para Juventude Rural* no PVSA, com objetivos claramente traçados.

Finalmente, reconhece-se o esforço empenhado por parte de CECOQ, em parceria com a consultora contratada para assessorar as comunidades quilombolas no PROGERE (e que tem sido liberada parcialmente para apoiar PVSA) no acompanhamento dos PIPs e na mediação com ATS. No entanto, estas ações de apoio tem sido bastante pontuais e dificilmente tem gerado frutos, o que indica a necessidade de estruturar melhor a estratégia de intervenção nas comunidades tradicionais. Recomenda-se que no restante dos PIPs (em análise e em vias de elaboração), sejam priorizados aqueles projetos que envolvem diretamente as comunidades tradicionais, uma vez que fazem parte do público prioritário do PVSA.

**Justification of rating**

Em relação as atividades desenvolvidas no campo de gênero, durante a missão foi possível verificar que houve poucos avanços. Uma grande lacuna no PVSA é a falta de uma especialista no tema para encaminhar as ações contidas no Plano Estratégico de gênero. Este Plano Estratégico foi elaborado na “Missão Específica de gênero” em agosto de 2017 e foi incorporado no desenho do aditivo PVSA +, em agosto de 2017. Torna-se bastante difícil executar as ações contidas neste plano sem a presença de uma pessoa que possa exercer o papel de coordenação da Estratégia de gênero. Também, ao revisar o regimento interno, percebe-se que, no caso do Comitê de gênero, que deveria representar um espaço de proposição e avaliação dos programas e políticas públicas voltadas para mulheres rurais, com foco nos projetos concretos sendo gestados por instancias governamentais, como PVSA e PROGERE, tem havido um desvio de função, o que coloca em questão “a razão de ser” desta instancia.

**Main issues**

PVSA e PROGERE, tem havido um desvio de função, o que coloca em questão “a razão de ser” desta instancia. Reconhece-se que esta instancia está tendo dificuldade para dar continuidade as suas ações sem o suporte do profissional de gênero do PVSA. No entanto, recomenda-se que o Comitê revê sua missão e principais objetivos, dando uma atenção específica para medidas específicas que garantem a participação de movimentos de mulheres (ou organizações mistas que possuem “Coletivos de gênero”, como é o caso de FETAG e MPA) na sua composição, mesmo que seja a partir da formalização de uma instancia consultiva dentro de sua estrutura organizacional. É importante ressaltar a importância do trabalho sendo realizado pela Consultora de Quintais Produtivos do PVSA, que embora não seja direcionado especificamente para questões de gênero, tem conseguido incorporar este enfoque nas suas

intervenções. Portanto, recomenda-se que, diante da ausência de uma profissional de gênero, o trabalho da consultora em quintais seja reforçado, de modo que algumas experiências demonstrativas possam ser sistematizadas, no intuito de demonstrar a viabilidade econômica (além dos benefícios sociais e ambientais) da produção gerada nestes espaços. Recomenda-se priorizar, em particular, 2 PIPs que apresentaram carta consulta e que contam com uma maior participação do público feminino, em parceria com organizações que tem dado um suporte formidável nas temáticas abordadas - APASPI e MPA.

## Agricultural Productivity

Rating: 4

Previous rating: 4

### Justification of rating

O aumento da produção já pode ser identificado em alguns casos, entretanto ainda de forma pontual dado o atraso na implementação do Projeto no campo. O financiamento para a maior parte dos Planos de Investimentos Produtivos (PIP) ainda está em fase inicial, portanto sem possibilidade de produzir resultados concretos na produção a partir da intervenção direta do PVSA. Está previsto o financiamento de 187 PIPs, sendo a maior parte deles com ovinos, caprinos, apicultura e galinha caipira. A maioria dos PIPs visa fortalecer essas atividades que já são exploradas na área de atuação do PVSA e incluem meios para melhorar o acesso a água para produção. A expectativa é de que os resultados relativos ao aumento da produção possam ser contabilizados até o final do Projeto.

### Main issues

A possibilidade de alcançar resultados mais expressivos na produção agrícola, especialmente nas regiões do semiárido do nordeste brasileiro está diretamente relacionada com a disponibilidade de água. O Piauí vem enfrentando vários anos consecutivos de seca, tornando crítica a situação de acesso a água nas comunidades com as quais o Projeto vem trabalhando.

Apesar disso, durante esta missão foi possível identificar avanços nas ações do Projeto que possibilitaram registrar alguns aumentos da produção agrícola. Os exemplos apresentados a seguir referem-se aos primeiros PIPs elaborados e com implementação mais adiantada.

1. COMAPI: Em 2018, 10.205 colmeias com produção total de 255 toneladas de mel, sendo 1.740 colmeias adquiridas com apoio do PVSA. Em torno de 1.218 produziram em média 25 kg de mel cada, totalizando 30.450 kg de mel. Portanto, neste ano as colmeias dos 112 beneficiários do PN possibilitaram um aumento de aproximadamente 13,5% na produção da COMAPI. A COMAPI pagou para os apicultores/as o preço de R\$ 6,00 por quilo de mel.
2. CASA APIS: Em 2018, 15.708 colmeias com produção total de 369 toneladas de mel, sendo 3.000 colmeias adquiridas com apoio do PVSA. Em torno de 2.100 produziram em média 23,5 kg de mel cada, totalizando 49.350 kg de mel. Portanto, neste ano as colmeias dos 330 beneficiários do PN possibilitaram um aumento de aproximadamente 15,4% na produção da Casa Apis. A produção foi comercializada por USD 4,00 o quilo.
3. COCAJUPI: Os principais resultados alcançados pela COCAJUPI, que podem ser mensurados no momento estão relacionados com prestação de serviços das duas patrulhas mecanizadas e das máquinas de corte de castanha adquiridas com os recursos do PVSA. As patrulhas mecanizadas são disponibilizadas para as famílias cooperadas com valor da hora de aproximadamente 65% do valor cobrado no mercado. O valor da hora trabalhada paga pelos cooperados é de R\$ 90,00 e já foram trabalhadas 1.007 horas até o momento. As máquinas de corte permitiram que neste ano a COCAJUPI exportasse 11 toneladas de amêndoas de castanha de caju ao passo que sem as máquinas atingiria somente 4 toneladas. O número de famílias beneficiárias através deste PN é de 376.
4. ASCOBETÂNIA: Atualmente a associação comercializa 180 animais por semana, com peso de aproximadamente 15 kg cada. O faturamento bruto com a venda dos animais é de aproximadamente R\$ 40.500,00 por semana.

Como a maior parte dos investimentos nas comunidades serão concluídos até meados de 2020, seja através da implementação dos projetos produtivos ou de outras ações do Projeto, pode-se esperar avanços mais concretos na produção agrícola a partir dos próximos anos.

## Nutrition

Rating: 4

### Justification of rating

É importante ressaltar que no desenho do projeto, não foram elaboradas medidas que contemplam a incorporação dos aspectos nutricionais, e nem aparecem indicadores no plano de M & A que consideram fatores nutricionais ou alimentares no monitoramento dos PIPs. No entanto, percebe-se o potencial para gerar e mensurar impactos “alimentares” e “nutricionais” dentro do PVSA, a partir de algumas ações concretas, como os “quintais produtivos.” Os “quintais produtivos”, que são bastante expressivos no contexto das comunidades, representam uma grande fonte de biodiversidade justamente em função da diversificação das espécies, de modo que tendem a incidir diretamente na segurança alimentar e nutricional das famílias, embora estes efeitos não sejam monitorados de forma minuciosa.

### Main issues

No caso deste projeto, pelo fato de que consta no seu quadro técnico uma Consultora de quintais produtivos, a

possibilidade de ter uma melhora na saúde das famílias, especialmente no que diz respeito às questões alimentares e nutricionais, é bastante elevada. Recomenda-se que no próximo período de execução do projeto, seja reforçado o trabalho com os quintais produtivos de modo que este processo de monitoramento possa ser realizado.

#### **Adaptation to Climate Change**

**Rating: 5**

**Previous rating: 4**

##### **Justification of rating**

Estudos recentes sugerem que as secas, que tradicionalmente afetam o semi-árido, estão sendo agravadas pelos efeitos da mudança climática. Embora a adaptação climática não seja um objetivo explícito, todos os 142 PIPs aprovados neste projeto preparam pequenos agricultores para suportar esses prolongados períodos de seca promovendo a diversificação da produção, aumentando a resiliência e a renda.

##### **Main issues**

Foi verificado em campo que as boas práticas de produção agrícolas não estão sendo aplicadas em todos os projetos, podendo prejudicar a adaptação do agricultor às mudanças climáticas. Outra observação foi que as opções de energia de baixo carbono não estão sendo analisadas na elaboração dos PIPs, tais como uso de painéis solares, o que, além das emissões climáticas, acarreta custos de operação significativos aos beneficiários.

Recomendamos a capacitação nas boas práticas agrícolas da equipe técnica de análise dos PIPs para inserir nos novos PIPs as condições de boas práticas para a atividade proposta. Para os PIPs existentes, reforçar com as ATSs a necessidade de aplicar as boas práticas agrícolas respectiva à atividade sendo executada.

## **b. Sustainability and Scaling up**

#### **Institutions and Policy Engagement**

**Rating: 4**

**Previous rating: 4**

##### **Justification of rating**

O Projeto está permitindo atuar em vários eixos principais: i) melhorar o acesso as políticas públicas pelos beneficiários. Trata-se de acesso ao PRONAF, Agroamigo, PNAE e PAA. ii) Articular as ações do PVSA com outros projetos e programas nacionais (Programa Água Doce) ou estaduais (fundos o FECOP com o financiamento de biodigestores por exemplo). iii) Aplicar as leis sanitárias e ambientais, pela inserção das exigências do marco legal dentro dos investimentos realizados. iv) Fortalecer as cadeias produtivas, sendo elas as prioritárias para o governo, como a apicultura, a caprinovinocultura, sendo que essas cadeias produtivas estruturantes para a economia Piauiense focalizam várias programas e apoios do governo estadual.

#### **Partnership-building**

**Rating: 5**

##### **Justification of rating**

A construção de parcerias é fundamental para a realização de atividades do projeto e, através delas, a entrega de resultados. O PVSA trabalha com parcerias em diferentes níveis: i) órgãos co-executores; ii) as entidades prestadoras de Assessoria Técnica Sistemática-ATS contratadas; iii) as outras parcerias. O Projeto tem obtido graus diferenciados de sucesso nestes três níveis. Cabe destacar que tem havido, no último ano, algumas melhoras no desempenho das co-executoras. Em contrapartida, foram identificados diversos problemas na relação do PVSA com as entidades contratadas de ATS. Naquilo que se refere às outras parcerias, salientamos aquela estabelecida com o CEPRO, na linha de base. Existem outras parcerias em nível local (algumas prefeituras, etc.), mas que ainda são muito tímidas.

##### **Main issues**

Órgãos co-executores. No desenho original, foram designadas três entidades co-executoras: EMATER, Secretaria de Educação (SEDUC) e Secretaria de Trabalho e Emprego (SETRE). Após uma pequena dificuldade inicial, a parceria entre o PVSA e o EMATER entrou numa sintonia positiva, que vem melhorando paulatinamente no tempo. Já as relações com as duas outras co-executoras tem sido bem mais difíceis. Somente no último ano (2107 e início de 2018) é que tem havido algum progresso na implementação de ações, que estavam previstas no desenho, mas que demoraram muito para se materializar. No momento atual, a parceria com o EMATER e o SETRE encontram-se numa situação boa, e a Missão entende que entregarão os resultados esperados. No caso da SEDUC, ainda existem interrogações neste domínio.

As entidades prestadoras de ATS. Uma parte importante do trabalho do PVSA junto às famílias beneficiárias é realizado por entidades contratadas, como é o caso para ATS. Embora o Projeto se refira a estas entidades como 'parceiras', no sentido mais estrito trata-se da contratação de uma prestação de serviços. No entanto, é possível considerar que esta relação do Projeto com as entidades prestadoras de ATS como o segundo nível de parceria. O trabalho das entidades da sociedade civil com ATS iniciou-se no final de 2016. Como ele está diretamente relacionado com a elaboração e

implantação de Projeto de Investimento (PIPs), este trabalho tem se desenvolvido muito lentamente. Na presente Missão de Supervisão foram detectados diversos problemas, relacionados com o formato da contratação e também com a sua implementação. Deverão ser encontradas soluções para normalizar esta situação. Nesta dimensão das entidades contratadas, cabe mencionar também a parceria com o IICA.

Outras parcerias. Um primeiro parceiro do PVSA que precisa ser mencionado neste nível é o CEPRO. Estabelecida em 2015, ela tem permitido a elaboração de Linha de Base e, atualmente, está se pensando nesta mesma entidade para fazer aferições do impacto da atuação do Projeto. Em alguns municípios e regiões tem sido possível que o PVSA e também as organizações por ele apoiadas estabeleçam colaborações interessantes com as prefeituras locais. Isto aconteceu no Território do Vale do Itaim, onde uma prefeitura doou um terreno para a Cooperativa de criadores de caprinos e ovinos que tem um apoio do Projeto. No caso desta mesma cooperativa (COOVITA), está sendo articulada uma colaboração importante com o SEBRAE. Mencionaremos também a busca de parceria feita por alguns grupos apoiados pelo PVSA com diversas políticas públicas. A de maior destaque é o Programa de Aquisição de Alimentos, que no estado do Piauí está funcionando, numa colaboração entre o Governo Federal e o Governo do Estado. Outro programa público com o qual o PVSA está estreitando laços é Programa Água Doce. Durante a Missão foi feita a visita a duas comunidades que receberam um dessalinizador deste Programa e está preparando um PIP que integra este equipamento

## **Human and Social Capital and Empowerment**

**Rating: 4**

**Previous rating: 4**

### **Justification of rating**

O trabalho desenvolvido nas 78 comunidades e as 5 organizações econômicas atendidas atualmente com ATS está tendo um impacto positivo no desenvolvimento das capacidades dos beneficiários/as destas comunidades. Isto deverá se refletir no fortalecimento das associações comunitárias. Assim, o próprio processo de diagnóstico e elaboração do PIP permite que eles se apropriem do conteúdo destes Planos. Neste âmbito, o problema atual é o alcance reduzido destas iniciativas. Espera-se também que o trabalho de capacitação da SETRE e da SEDUC possa contribuir de maneira crescente ao fortalecimento do capital humano e social. Ao ampliar a escala na qual trabalha o PVSA, tanto nas comunidades como junto à juventude (SETRE / SEDUC) haverá um fortalecimento desta dimensão do trabalho.

### **Main issues**

O trabalho de fortalecimento das organizações da população rural é um dos objetivos mais importantes do PVSA. No processo de fortalecimento das associações comunitárias, cabe ressaltar que o próprio processo de diagnóstico e principalmente de elaboração de um Plano de Investimento Produtivo (PIP), no qual as associações locais têm um papel importante, é um instrumento de formação para todas as pessoas envolvidas. Mas ele tem especial importância para as lideranças associativas. Após a assinatura dos convênios com a associação, inicia-se a implantação do Plano/convênio. Como a administração deste é um trabalho bastante árduo, um dos primeiros apoios fornecidos às associações é uma capacitação de gestão de convênios. Esta é complementada com um acompanhamento regular. A formação de comissões que têm como primeira função realizar a aquisição dos produtos previstos no Plano e acompanhar as outras iniciativas previstas, é outra iniciativa que está facilitando a implementação dos convênios e ampliando o número de pessoas envolvidas nas atividades da associação. Também está sendo prevista a criação de grupos ou comissões para a gestão de implementos de uso coletivo (como, por exemplo, máquinas forrageiras, roçadeira mecânica, etc.). De forma concomitante, o trabalho da ATS nas comunidades inclui uma importante vertente de capacitação técnica que deve fortalecer o público beneficiário neste âmbito. O PVSA também tem realizado um trabalho junto às chamadas *organizações econômicas* (cooperativas e organizações afins). Neste caso o PVSA tem propiciado diversas oportunidades de formação para as equipes de cooperativas por meio de cursos e visitas de intercâmbio, além de ter dado um apoio significativo para que algumas cooperativas possam ser criadas ou regularizadas (como foi no caso da COOVITA). Nestes dois âmbitos – comunidades e organizações econômicas – a falta de uma estratégia clara de gênero tem feito com se percam bastantes oportunidades na dimensão do desenvolvimento do capital humano e social e o empoderamento das mulheres.

Identifica-se também a necessidade de fortalecer a participação da juventude rural para que os jovens se empoderem a partir da sua inserção em atividades produtivas (agrícolas e não agrícolas). Algumas iniciativas, como os cursos ministrados por SETRE (cf. a seguir) e o projeto gerenciado pelo Instituto Comradio (iniciativa que deve acontecer ainda em 2018, que irá capacitar de 120 jovens para o uso de recursos audiovisuais), poderão ser passos importantes neste sentido.

Por outro lado, o PVSA tem no trabalho da SETRE e da SEDUC um instrumento importante de fortalecimento de capital humano e social. A SETRE está realizando uma série de cursos de capacitação de jovens que são, em princípio, bem práticos. Mas a Missão pode conversar uma representante de uma associação de mulheres, que participou de um curso de fabricação de bolos e salgados. Foi-nos relatado que as 35 mulheres participantes aplicaram o novo conhecimento recebido e, graças a ele, estavam obtendo uma renda que antes elas não tinham. No caso da SEDUC, a proposta busca introduzir mudanças no ensino das escolas rurais (a 'educação contextualizada'), que possam melhorar a qualidade do ensino ministrado nelas. Na medida em que esta proposta está, finalmente, saindo do papel na forma de cursos para um grupo grande de professoras/es, temos agora a certeza de que poderão começar a ser introduzidas estas 'novidades' nas escolas atendidas, promovendo assim um maior ganho em termos do capital humano nestas escolas e comunidades atendidas.



**Justification of rating**

Deste total de 189 PIPs elaborados no PVSA, 5 são projetos protagonizados estritamente por mulheres, enquanto em mais 7, as mulheres constituem a maioria dos beneficiários/as. De modo geral, a participação dos jovens no conjunto de PIPs é bem mais tímida, havendo indícios de que apenas 4 empreendimentos contam com uma participação mais acentuada por parte da juventude rural. Estes dados revelam a fragilidade da participação destes segmentos nos projetos produtivos. Merece destaque o trabalho voltado para o fortalecimento das associações e cooperativas no escopo do Projeto. Em 2017 especialmente, foram empreendidas algumas atividades muito relevantes neste domínio da organização dos beneficiários.

**Main issues**

Em 2017 foram promovidas diversas atividades de capacitação específica relacionadas com o cooperativismo e a cadeia produtiva da caprinovinocultura. Também foi realizado um trabalho de mobilização e debate, por meio de reuniões, oficinas, intercâmbio, etc. Todo este processo culminou na fundação da Cooperativa de Produtores e Produtoras Rurais de Ovinos e Caprinos do Vale do Itaim – COOVITA em novembro deste mesmo ano[1]. Esta cooperativa nasce com objetivos ambiciosos de “organizar a produção, o beneficiamento e a comercialização” de produtos caprinos e ovinos. Atualmente o desafio é decidir como é que ela vai fazer isto. Cabe destacar aqui que as/os técnicas/os que fizeram este trabalho de acompanhamento deste processo conseguiram fazer com que mais mulheres e jovens fossem mobilizados e incorporados no processo de construção desta nova cooperativa.

Um importante instrumento de fortalecimento das organizações comunitárias está sendo o trabalho de acompanhamento às associações na implementação das diferentes tarefas necessárias para que os PIPs possam ser efetivados (entre as quais mencionaremos aquisições, relação com os bancos, prestação de contas, entre outras), realizado pelas equipes de ATS (contando com o apoio das URGPs). Às vezes este processo só é visto pelos seus resultados na execução dos PIPs, mas é importante lembrar que ele é muito mais do que isso, tendo um papel importante no fortalecimento das lideranças e das associações.

A COOVITA foi criada com 302 cooperados/as, dos quais 225 são homens e 77 mulheres. O capital social constituído foi de R\$ 120.500,00. Estão envolvidas neste processo 21 associações, de quatro municípios: Betânia, Queimada Nova, Paulistana e Jacobina do PI.

**Justification of rating**

O PVSA trabalha com vários tipos de provedores de serviços. Mencionaremos aqui o IICA (que presta serviços ao Projeto) e as entidades prestadoras de ATS (que prestam serviços às comunidades). No que se refere às prestadoras de ATS, observamos que existem dois casos diferenciados. O primeiro é do EMATER que, de forma geral, está realizando o serviço de forma razoável. Já no caso das entidades da sociedade civil, existem problemas importantes, ligados principalmente à forma de contratação e também aos significativos atrasos nos pagamentos por parte do PVSA. Paradoxalmente, os contratos com o PVSA estão reduzindo a ‘capacidade de resposta’ destas entidades. Em relação ao IICA, este presta um serviço importante ao Projeto, mas não com a celeridade desejável.

**Main issues**

O IICA permitiu a contratação de diversos profissionais para as equipes do PVSA (UGP e algumas URGPs). Também permitiu a realização de outras atividades (eventos, reuniões, viagens de intercâmbio, etc.). Esta função é importante para o Projeto, embora seria desejável que o IICA a realizasse com maior eficiência e criando menos dificuldades.

A Missão pode observar o atendimento aos beneficiários com Assessoria Técnica Sistemática, com PIPs em execução, durante as visitas de campo. Foi verificado que, nos casos das equipes de entidades da sociedade civil, estas estão tendo muitas dificuldades para visitar regularmente as comunidades que devem atender. Constatou-se que os enormes atrasos sofridos, na assinatura dos contratos após a elaboração dos PIPs sem cobertura contratual, e no pagamento da primeira parcela referida ao serviço de ATS, tiveram como consequência uma ‘desarticulação’ destas entidades: as equipes foram sendo reduzidas ao mínimo, as viagens tiveram que ser limitadas, e a motivação de entidades e técnicos/as caiu muito. Mesmo assim, em várias comunidades foi observado um acompanhamento mínimo feito por estas entidades, o que tem garantido, em muitos casos, que a execução / implantação dos PIPs continue acontecendo. Evidentemente, esta situação não pode continuar.

Já o caso do EMATER é um pouco diferente. Esta entidade parceira (coexecutora do PVSA por meio de Acordo de Cooperação), que também é prestadora de ATS para os beneficiários, tem sofrido igualmente com atrasos nos pagamentos. Mas, no caso dela, os salários dos extensionistas são pagos pelo Estado e não dependem do pagamento pelo PVSA. O EMATER também tem obtido financiamento do PVSA de outros gastos (combustível, etc.) e este é repassado sem os mesmos empecilhos que o pagamento do serviço de ATS. Assim, esta situação (dos atrasos) não tem tido um efeito tão devastador na entidade, não tendo havido demissões, etc.

Nestas circunstâncias, quando se olha o problema da qualidade dos serviços prestados, é necessário reconhecer que, em muitos casos, ele deixa a desejar. Mas isto não quer dizer, necessariamente, que os prestadores de serviços (as entidades) não têm 'capacidade de resposta'.

A partir destas constatações, a Missão insistiu em discutir estes problemas com a equipe do PVSA e também com representantes das entidades prestadoras de ATS. As principais medidas mitigadoras acordadas foram: i) Acelerar significativamente o pagamento dos serviços de ATS relacionados com os contratos vigentes, relacionando este pagamento ao cronograma pré-estabelecido e previsto no Termo de Referência/Edital e Contratos, e desvinculando-o da liberação de parcelas do PIP; ii) Considerando as limitações inerentes aos contratos firmados com as entidades de ATS, recomenda-se que seja lançado um novo edital de credenciamento e seleção (seguindo o modelo adotado em outros projetos FIDA no Brasil, por exemplo, Bahia, Ceará, Paraíba), que permita o estabelecimento de contratos por lotes, com pagamentos por produtos definidos em cronograma no máximo bimestral e não vinculado a recebimento das parcelas dos convênios. Será necessário definir um calendário e o formato da transição entre o modelo atual e o novo, que deverão ser encaminhados ao FIDA até o dia 30.06.18; iii) Designar uma pessoa na UGP para assumir a coordenação de todas as relações com as entidades, acompanhamento da execução dos contratos, e demais itens que possibilitem uma adequada e eficiente execução do PVSA. Finalmente, ficou acordado que serão contratados (via IICA) 10 consultores para atuar em campo que tenham domínio do tema de gestão de convênios, a serem distribuídos nos 5 Territórios.

#### Environment and Natural Resource Management

Rating: 4

Previous rating: 4

#### Justification of rating

A natureza do projeto é de baixo impacto ambiental. As ATSS devem orientar os beneficiários em boas práticas agrícolas e boas práticas ambientais. Por exemplo, foi verificado em campo que uma ATS orientou os beneficiários sobre as consequências do desmatamento da Caatinga para a produção de carvão procurando outras alternativas. No entanto, também foi verificado em campo que várias ATSS não estão conseguindo orientar os beneficiários sobre as boas práticas de produção agrícola, sendo observado monocultura irrigada em declive e desperdício de água. Também foi constatado que alguns projetos também não contemplam adequadamente as questões ambientais, como os PIPs relacionados a casa de farinha que não destinam recursos para o descarte adequado da manipueira.

#### Main issues

Recomendamos reorientar as funções da Consultora de Mandiocultura para a área ambiental, na qual ela se demonstra apta. Todos os novos PIPs devem ser avaliados pela consultora, que também ficará responsável por reforçar com as ATSS nos PIPs existentes. Os PIPs novos e antigos devem atender as seguintes condições:

- Ovinocaprinocultura: (i) identificação de áreas inadequadas para pastoreio e sua exclusão, assim como a restrição de acesso dos animais à áreas sensíveis ambientalmente; (ii) plantio de forrageiras consorciadas (combinações entre: gliricídia, moringa, palma forrageira, sorgo), aplicando boas práticas agrícolas tais como o terraceamento, curvas de nível, cobertura de solo, adubação orgânica, manutenção vegetação forrageiras nativa como as favelas, que são resistentes a seca e fonte de proteína importante para os animais em secas prolongadas; (iii) promover a recomposição das áreas de reserva legal e APPs nas propriedades dos beneficiários, especialmente vegetação ciliar nas áreas de drenagem das pastagens aplicando práticas agroflorestais biodiversas para recomposição de mata ciliar; e (iv) estimular esterqueiras e práticas de curtimento de esterco para transformar em adubo de boa qualidade.
- Cajucultura: (i) uso do controle biológico e manejo integrado de pragas, (ii) planejamento territorial para evitar o desmatamento e a perda de habitats naturais, (ii) aplicação boas práticas de produção agrícola, incluindo sistemas terraceamento, implantação de curvas de nível, consorciamento, adubação orgânica, cobertura de solo, etc.
- Dessalinizadores: (i) análise de solo periódica nas áreas aplicando o rejeito do dessalinizador para irrigação, e (ii) contenção para caso de transbordamento das lagoas quando utilizadas para piscicultura.
- Apicultura: (i) conscientização de boas práticas agrícolas com toda a comunidade e vizinhos (em um raio de 3 km) para inibir o uso de agrotóxicos. (ii) Sensibilizar os apicultores para a produção de mel com abelhas nativas.
- Casa de Farinha: Fermentação anaeróbica da manipueira, ou seja, deixar o líquido repousar durante 15 dias em um tanque cercado. O ácido cianídrico, considerado venenoso, evapora e resta a manipueira pronta para servir de adubo, complemento para alimento de animais e no combate às pragas.
- Quintais produtivos: Encorajar a implantação de quintais produtos reforçando a aplicação das boas práticas de produção agrícola.
- Em todas as atividades: (i) Receber dispensa de licenciamento ou DBIA da SEMAR; (ii) em caso de reflorestamento, aplicar práticas agroflorestais biodiversas para recomposição de mata ciliar, reserva legal (RL) e área de proteção ambiental (APP) – dando prioridade quando possível à sistemas agroflorestais; e (ii) analisar o custo-benefício de equipamentos utilizando energia solar (especialmente bombas).

#### Exit Strategy

Rating: 4

Previous rating: 4

#### Justification of rating

Considerando o nível atual de implementação do Projeto e principalmente em campo, ainda tem muitas atividades a serem realizadas para definir e implementar uma estratégia de saída. O Envolvimento das co executoras e das entidades de ATS são fatores positivos. Embora o projeto tenha somente dois anos de atuação e considerando também que foi elaborado uma proposta para financiar um período adicional, este tema deverá ser abordado nos próximos meses.

<b>Potential for Scaling-up</b>	<b>Rating: 4</b>	<b>Previous rating: 4</b>
---------------------------------	------------------	---------------------------

#### **Justification of rating**

Considerando o tipo de investimento realizado e os serviços de assessoria técnica as ações do projeto apresentam um bom potencial para serem replicadas no Estado do Piauí ou em outros estados do Nordeste. Isso vale tanto para os investimentos produtivos, como vale também para as atividades de fortalecimento de capacidades, trabalho com mulheres e jovens em particular aquelas desenvolvidas pela SEDUC e SETRE. Desde seu início o PVSA tem contribuído de forma muito ativa nas atividades realizadas com o Programa Semear e mais recentemente com o Semear Internacional. Isso tem contribuído muito para reproduzir atividades desenvolvidas pelo projeto.

### **c. Project Management**

<b>Quality of Project Management</b>	<b>Rating: 4</b>	<b>Previous rating: 5</b>
--------------------------------------	------------------	---------------------------

#### **Justification of rating**

Embora tenha sido constatado avanços significativos desde a RMT, a maioria dos gargalos identificados na implementação geral do projeto estão relacionados com fragilidades em termos de gestão. Além do fato que o projeto continua funcionando sem sistema de gestão financeira, as contratações acordadas nas missões anteriores ainda não foram concluídas. Assim os especialistas em gestão dos PIPs (licitações, aquisições, prestações de conta, etc.) não foram contratados e essa ausência tem repercussão direta no atraso constatado na implementação dos PIPs nas comunidades. Foi neste contexto que a missão reiterou a necessidade de finalizar as contratações de profissionais necessárias, o que inclui a contratação de um assessor executivo da coordenação geral do PVSA.

<b>Knowledge Management</b>	<b>Rating: 4</b>	<b>Previous rating: 4</b>
-----------------------------	------------------	---------------------------

#### **Justification of rating**

A missão detectou muitas fragilidades no campo da gestão de conhecimento, que são diretamente ligadas à falta de um profissional dedicado à tal temática, que consegue abarcar sua amplitude, dentro do quadro técnico do PVSA. Como este campo envolve diversas vertentes – “comunicação comunitária”; “produção de materiais”; “disseminação de informações nas mídias” – não é suficiente contar com o apoio do quadro de profissionais da Comunicação de SDR. A missão também percebeu a necessidade de qualificar a produção dos relatórios de progresso e outros documentos produzidos pela equipe de PVSA. Torna-se bastante dificultoso tomar conhecimento das principais ações do projeto nas suas várias frentes se não houver uma melhora significativa na qualidade dos registros internos.

#### **Main issues**

Um/a profissional contratada nesta área (de Comunicação Social e Gestão de Conhecimento) poderia contribuir significativamente para qualificar o sistema de M & A, uma vez que investir na sistematização dos processos em curso a partir de indicadores já estipulados geraria “insumos” tanto para produção de materiais quanto para o plano de monitoramento. Também, recomenda-se implementar estratégias para garantir o registro e sistematização de alguns PIPs que merecem destaque e de pelo menos uma escola na qual se trabalha com a perspectiva de educação contextualizada, para servir como esquema referencial na construção de outras experiências, além de ser a base de algumas publicações e vídeos. As experiências a serem sistematizadas devem ser escolhidas levando em consideração a representatividade de determinados segmentos (mulheres, jovens, comunidades tradicionais).

No campo da “Comunicação Comunitária ou Colaborativa”, merece destaque a parceria bastante promissora que foi firmada recentemente com Instituto Comradio, envolvendo a execução de um projeto de formação em recursos audiovisuais para 120 jovens da área de incidência do PVSA, que tem como resultado final a consolidação da Rede “Viva o Semiárido.” Indubitavelmente, este projeto terá repercussões no âmbito do PVSA, contribuindo para o protagonismo juvenil, mas precisa haver cuidado para reforçar duas frentes: (i) a incorporação de um enfoque de gênero, que não apenas se reduz a garantia de “cotas mínimas” de participação; (ii) a construção de um sistema de monitoramento, que não apenas se encerra com a finalização do curso, mas que pode acompanhar seus efeitos sobre o público jovem nas etapas posteriores. A abordagem metodológica empregada, nomeada de “Saber ouvir, saber falar e saber mobilizar”, que tem como eixo central a divulgação de “notícias” a partir de “causas” nas mídias sociais, é bastante louvável, mas deve haver um cuidado especial para se adaptar ao contexto deste projeto, buscando vinculação com os temas-chaves do PVSA, a partir do contexto de convivência no Semiárido.



**Justification of rating**

As aquisições de bens e serviços para o Projeto são realizadas dentro de padrões adequados de qualidade e preço. Os PIPs concentram o maior volume de recursos financeiros do Projeto e estão com a implementação atrasada. É necessário que o PVSA melhore seus métodos de gestão para ter condições de implementar nos próximos meses a maioria das ações planejadas, principalmente com os PIPs. Para que os investimentos nas atividades produtivas a serem realizados através dos PIPs produzam os resultados esperados é preciso que os beneficiários recebam assessoria técnica de qualidade e por tempo suficiente.

**Main issues**

Em função do atraso na implementação do PVSA, poucos projetos produtivos tiveram seus recursos executados integralmente, portanto ainda não puderam gerar os resultados esperados. Sendo assim, as informações disponíveis ainda são insuficientes para uma análise mais detalhada. Adotando como exemplo a ovinocaprinocultura, que é a atividade produtiva que possui maior quantidade de PIPs apoiados pelo PVSA, e que são investimentos de valor relativamente pequeno, focados principalmente na melhoria da infraestrutura para produção, na compra de animais para melhorar a qualidade dos rebanhos e no reforço da produção de forragens para garantir alimentação para os animais durante os períodos de estiagem, pode-se esperar que nesses casos a relação C/B será atraente. Da mesma forma, espera-se bons resultados para os projetos que envolvem a apicultura e a criação de galinhas caipiras. Estas três atividades produtivas envolvem 77,5% dos 187 PIPs previstos. Para garantir que os PIPs sejam implementados satisfatoriamente e dentro do prazo do Projeto é necessário que o PVSA invista mais recursos com a contratação de técnicos para reforçar sua equipe nos escritórios regionais. Também é necessário investir mais recursos para ampliar e melhorar os serviços de assessoria técnica para as famílias beneficiadas. Este investimento complementar possibilitará que os recursos financeiros previstos cheguem no campo e produzam os resultados esperados.

**Coherence between AWPB and Implementation**

Rating: 4

Previous rating: 3

**Justification of rating**

Taxa de Execução do POA 2017: Conforme valores referentes ao POA 2017, apresentados pelo PVSA, e o Marco Lógico presente no sistema de M&A do FIDA, os resultados de execução são, para o período de janeiro a dezembro de 2018, a taxa de execução do POA 2017 é de 76,98%. A taxa de execução de 76,98% referente ao avanço físico-financeiro do PVSA condiz com o momento atual do Projeto e corrobora com o memorando elaborado na Missão de Revisão de Meio Termo realizada em maio de 2017.

**AWPB Inputs and Outputs Review and Implementation Progress**

Taxa de execução do POA 2017, por componente:

	Previsto (R\$)	Executado (R\$)	Taxa de Execução Financeira	Percentual de execução física, conforme Metas e Resultados do Marco Lógico
Meta e Objetivo de Desenvolvimento	-	-	-	77,60%
Componente 1	16.067.490,52	10.180.058,98	63,36%	69,18%
Componente 2	3.985.388,95	1.079.044,94	27,08%	42,84%
Componente 3	1.718.400,00	1.578.181,00	91,84%	179,63%
Componente 4	4.378.626,00	3.538.373,46	80,81%	87,5%
TOTAL	26.149.905,47	16.375.658,38	<b>62,62%</b>	<b>91,35%</b>

Taxa de execução físico-financeiro	76,98%
------------------------------------	--------

Algumas atividades previstas inicialmente para ocorrer em 2017 foram postergadas para 2018.

Há uma perspectiva que o POA 2018 não seja integralmente executado, pois é ano de eleição presidencial e para os governadores de estado.

Há uma perspectiva que o componente 1 consiga transferir a totalidade de recursos para as contas das associações dos projetos de investimento produtivo.

No caso do componente 2, a SETRE irá contratar uma empresa para a execução de suas atividades, e portanto, irá utilizar 100% dos recursos; No caso da SEDUC, pela complexidade da operação, estima-se que apenas parte dos recursos sejam comprometidos.

Performance of M&E System	Rating: 4	Previous rating: 4
---------------------------	-----------	--------------------

#### Justification of rating

O M&A do Projeto conta apenas com 1 funcionário. A falta de equipe completa prejudica o andamento das ações. As informações quantitativas são coletadas de forma regular e atende de forma satisfatório o Projeto. Atualmente, há um plano para começar a realizar avaliações dos resultados das ações executadas. Anteriormente, não era possível realizar esta atividade, pois o Projeto estava com a execução muito atrasada.

#### M&E System Review

Equipe e fluxos de M&A: Conforme sinalizado na RMT de 2017, ratificado nas missões de apoio de outubro do mesmo ano, como também na missão de fevereiro de 2018, a ausência da composição completa da equipe M&A resulta no comprometimento na contabilidade dos avanços do Projeto, bem como na mensuração e divulgação de resultados. A RMT recomendou a **contratação de um profissional assistente até o dia 30/07/2017, e no caso, o processo ainda está em andamento**. Mais uma vez, solicita-se a contratação imediata deste profissional, e que o mesmo tenha o perfil para executar as tarefas demandadas pela gerência de M&A.

A missão reforça novamente, a importância da gerência de M&A de conduzir de forma conjunta com todos os Componentes, um plano de trabalho colaborativo com a apresentação de responsabilidades de todas as entidades, fluxos de processos, metas e resultados de avanço, com vistas a suprimir as deficiências em relação a este tema. Cabe ressaltar a importância do desenvolvimento de um fluxograma e funcionograma, contendo um plano gerencial de fluxo de informações, onde estarão definidas as atribuições da UGP, URGPs, coexecutoras, empresas de ATS e outras entidades. É importante também que a equipe de M&A participe das atividades estratégicas em campo e que faça um acompanhamento sistemático aos escritórios locais, além de acompanhar as ações estratégicas do projeto, como eventos e capacitações.

Com os resultados encontrados, o Projeto deverá realizar publicações de material informativo, com o objetivo de disseminar os resultados e boas práticas identificadas, avaliadas e sistematizadas. Almeja-se que este material não fique restrito apenas a textos e imagens, e desenvolva por exemplo, vídeos de curta duração (depoimentos dos beneficiários sobre a aplicação do Projeto, sobre melhorias na qualidade de vida, monitoramento etc.), como já está sendo realizado em outros Projetos FIDA e com resultados expressivos. O Projeto pode inclusive consultar as publicações realizadas pelo Semear Internacional (SI) como base inicial. Esta ação além de ampliar a visibilidade do projeto, trará confiabilidade perante aos novos grupos mobilizados. A aproximação com SI será de fundamental importância para a realização e difusão destes estudos. Cabe destacar que é meta do PVSA e consta no marco lógico que serão sistematizadas 16 experiências de desenvolvimento e 09 estudos de caso realizados.

Relatório Técnico de Progresso: Os Relatórios Técnicos de Progresso (RTP) semestrais deverão possuir além das informações quantitativas das ações em campo (que o Projeto já apresenta tradicionalmente), mas também divulgar resultados e boas práticas identificadas e sistematizadas. Assim, o RTP será um documento não apenas descritivo de ações, como também um importante meio informativo dos avanços e resultados obtidos pelo PVSA (não apenas relacionados aos investimentos intrínsecos aos PIPs, mas incluir também aos relacionados com a SEDUC e SETRE).

Requirements of Social, Environmental and Climate Assessment Procedures (SECAP)	Rating:
---	---------

#### SECAP Review

Projeto foi elaborado antes da exigência de Nota SECAP, portanto não se aplica.

## d. Financial Management & Execution

### Disbursement by financier

Type	Name	Current Amount	Disbursed Amount	Actual Rate
Domestic Financing breakdown	Beneficiaries	\$6,669,709		
	Local Government	\$9,671,449	\$4,081,119	42.2%
	National Government	\$2,800,000		

### Acceptable Disbursement Rate

Rating: 4

Previous rating: 3

#### Justification of rating

O valor do empréstimo de SDR 12.770.903 é atualmente de USD 18,2 milhões devido à variação do SDR. Até a presente data o FIDA realizou 9 (nove) desembolsos no valor total USD 10,4 milhões, o que representa 56% do valor do Projeto. O Valor esperado para o ano 5 do projeto é de 71%. O projeto atingiu 81% desta meta. based on IFAD disbursement data

#### Main issues

Durante a missão a UGP apresentou à missão a ser enviado ao FIDA o Pedido de Saque nº 10 no valor de USD 1,3 milhão e tem a previsão de solicitar até o fim deste mês de junho mais USD 1 milhão. A missão solicitou e orientou à UGP a proceder no próximo pedido de desembolso, a devolução ou compensação dos recursos FIDA aplicados na categoria IV.a – Investimentos Produtivos no valor de R\$ 1.889.630,07 referente a inelegibilidades dos gastos indicadas pela Especialista em Aquisições na missão de maio de 2017. Embora o desembolso esteja neste percentual o valor efetivamente justificado é de USD 7,7 milhões, pois há o adiantamento de USD 4 milhões.

Agreed Action	Responsibility	Agreed Date
Financial Management & Execution		
<b>Orçamento</b> Disponibilizar todo orçamento necessário ao POA 2018	Coordenação PVSA e área financeira	

### Fiduciary Aspects

#### Quality of Financial Management

Rating: 2

Previous rating: 2

#### Justification of rating

Alguns requisitos permanecem não resolvidos ou retroagiram. Os orçamentos anuais não estão totalmente disponíveis e vem sendo solicitado constantemente. Demora injustificada no repasse de recursos aos convênios. O Projeto usa como base o sistema governamental que permite um básico nível de controle interno, mas não de forma segregada para o projeto. O sistema auxiliar contábil ainda não está disponível como prometido e relatórios são elaborados em excel e não são confiáveis e propensos a erros, e intempestivos. Controles internos deficientes. A opinião de auditoria sobre as contas foi limpa, mas sobre demonstrativos contábeis e carta gerencial com ressalvas, indicando deficiências materiais no controle interno onde nenhuma ação rápida de acompanhamento foi tomada. Não há auditoria interna.

#### Main issues

Os arranjos de gestão financeira não se apresentam adequados refletindo em dificuldades na execução desejada do projeto em campo, no controle financeiro e na geração tempestiva de relatórios, apesar do quadro de pessoal qualificado e experiente, suficiente estrutura das normas, e suporte do sistema governamental. A avaliação realizada gerou uma classificação de **risco** fiduciário alto para o projeto, pois encontrou dificuldades especialmente no não atendimento pela UGP de importantes solicitações efetuadas na última missão do FIDA como: disponibilizar o Sistema Auxiliar de Gestão e Contábil do Projeto; realizar a necessária previsão orçamentária, compensar recursos inelegíveis e prover pessoal para

assistência técnica às Associações para gestão e análise de prestação de contas. Aliado a isso, deparamo-nos com a demora no financiamento às OPR e repasse de recursos aos Provedores de AT; relatórios não fiáveis e intempestivos; deficiências no controle de gestão de contratos: ex.: de ATS e locação de veículos; instalações do setor financeiro com alto fluxo de pessoal externo; deficiência na segregação de funções e acúmulo de tarefas financeiras pela equipe, assumindo tarefas de outros programas. O sistema de gestão financeira auxiliar acordado com o FIDA previsto para o fim de 2017 está atrasado e afeta diretamente a avaliação negativa da gestão financeira do projeto. A contabilidade do Projeto vem sendo realizada em planilhas Excel com dados extraídos do Sistema Governamental SIAFI gerando documentos e relatórios não adequados. A missão verificou que apesar dos sucessivos apontamentos nas últimas missões, a definição e solicitação para elaboração do sistema não foi realizada pela coordenação. Uma nova data (31/07/2018) foi estabelecida para que este sistema seja disponibilizado. A Missão informou sua extrema preocupação com este recorrente tema que afeta negativamente a gestão financeira adequada para o Projeto e convoca a Coordenação a honrar este compromisso contratual.

<b>Agreed Action</b>	<b>Responsibility</b>	<b>Agreed Date</b>
<b>Financial Management &amp; Execution</b>		
<b>Inelegibilidade de despesas</b>  Compensação de inelegibilidade de despesas –no próximo desembolso (R\$ 1.889.630 aproximadamente equivalente a USD 486,000)	Coordenação PVSA e área financeira	06/2018
<b>Auditoria Externa</b>  Entrega do relatório de 2017	Coordenação PVSA e área financeira	06/2018
<b>Manual de Procedimento Financeiro</b>  Adequar no Manual para definição das rotinas e fluxos da contratação e pagamento de AT, operação via conselhos escola SEDUC	Equipe Financeira	07/2018
<b>Sistema de Gestão Financeira</b>  Operacionalizar Sistema Informatizado de Gerenciamento Financeiro/Contábil - Tornar operacional	Coordenação PVSA e área financeira	07/2018
<b>Relatórios Financeiros</b>  Enviar ao FIDA os relatórios financeiros interinos (IFR) do 1º semestre	Equipe Financeira	08/2018

#### **Quality and Timeliness of Audit**

**Rating: 4**

**Previous rating: 5**

#### **Justification of rating**

O relatório de auditoria é satisfatório e preciso Conforme solicitado no ano passado. O Relatório de Auditoria foi enviado a tempo

#### **Counterparts Funds**

**Rating: 3**

**Previous rating: 5**

#### **Justification of rating**

Menos de 60% dos fundos necessários durante o atual ano fiscal em termos de financiamento e problemas associados à oportunidade de liberação. A implementação provavelmente poderá ser afetada negativamente. Medidas aceitáveis estão sendo tomadas para tratar dessas questões. O valor do POA é de R\$ 13,8 milhões e o orçamento disponível é de apenas R\$ 7,2 milhões, 52% do necessário. Porém tem sido suplementada periodicamente pela Secretaria de Planejamento do Estado, quando solicitada pela UGP.

#### **Main issues**

A SEFAZ garantiu o fluxo de contrapartida e até o presente o projeto aportou cerca de R\$ 5,4 milhões (56%), sendo USD 3,5 milhões com gastos de pessoal e combustíveis e USD 2,1 milhões no cofinanciamento de investimentos

produtivos, divulgação, auditorias, realização da linha de base e ao IICA para diversas atividades. A SEPLAN garantiu que irá disponibilizar toda a contrapartida necessária. Não há até o momento a contabilização da contrapartida de acesso a outras fontes: PRONAF e outros (Contrapartida Nacional). A contrapartida dos beneficiários comprometida no âmbito dos PNs é de USD 611 mil. A confirmação do aporte desta contrapartida deverá ser dar por meio das prestações de contas das entidades e se contabilizada nos relatórios financeiros.

## Compliance with Loan Covenants

Rating: 4

Previous rating: 4

### Justification of rating

As cláusulas do Acordo de Empréstimo estão sendo cumpridas. O POA/PAC e relatórios de progresso semestral foram enviados ao FIDA, a Auditoria Independente anual está contratada e em vias de finalizar os serviços e emitir relatório final antes do prazo limite de 30/06/2018, contratos possuem as cláusulas de combate à Fraude e à Corrupção, e, por fim, o sistema de informações gerenciais está em fase de emissão de Ordem de Serviço por parte da empresa contratada pela SDR para iniciar o módulo financeiro.

### Main issues

Sistema de Gestão Financeira e Contábil – Em 21/05/2018, às 8h, foi realizada reunião entre a equipe FIDA, do PVSA, do PROGERE II e a empresa LVieira - Luciano Pereira Vieira-ME (que participou por meio de videoconferência), para estabelecer as demandas necessárias à implementação do Módulo Financeiro para o PVSA. Esta empresa é contratada no âmbito do PROGERE II para elaborar sistema de gestão (SIGMA) para a SDR. O contrato possui abrangência para manutenções evolutivas da SDR, onde será acomodado o Módulo Financeiro para o PVSA. Esta é uma demanda de missões anteriores, que não havia sido desenvolvida pela empresa devido o PVSA não ter encaminhado a demanda para emissão de Ordem de Serviço por parte da empresa. A missão recomenda maior dedicação do Projeto ao acompanhamento do desenvolvimento deste módulo, para que os prazos pactuados na reunião sejam prontamente atendidos, sendo: 01/06/2018 – Projeto define a customização necessária e encaminha à LVieira; em 08/06/2018 – LVieira encaminha a Ordem de serviço e em 10/07/2018 o Módulo deverá estar disponível para carga manual. **A missão recomenda** que a Coordenação e equipe financeira do PVSA acompanhe os acordos estabelecidos e informe ao FIDA sobre o cumprimento dos prazos acordados.

## Procurement

### Procurement

Rating: 3

Previous rating: 4

### Justification of rating

A missão de supervisão realizou visitas a campo, diversas reuniões com o Projeto, Coexecutoras e demais parceiros, além de análise documental, de forma a verificar como está o andamento da execução, juntamente com verificação dos processos de licitações para futuras contratações e de contratos vigentes e respectiva gestão.

### Procurement Review

Visitas de Campo - No dia 15/05 foi realizada uma reunião em Picos-PI com a COCAJUPI – Central de Cooperativas de Cajucultores. Esta é uma das raras organizações que já está prestando contas da última parcela. Ficou acordado que utilizaria os rendimentos em ações voltadas para recursos hídricos ou quintais produtivos. Dia 16/05 foi feita visita à Associação de Apicultores da Lagoa do Sítio, cuja assistência técnica é feita pela EMATER. Estavam em vias de prestar contas da 1ª parcela, que foi utilizada para a construção da casa de mel. A guarda dos documentos e procedimentos realizados estavam conformes. A missão recomenda agilidade nos procedimentos de licitações da segunda parcela, relativa à aquisição dos equipamentos para o trato do mel para comercialização. Diante desses grandes atrasos, cujo gargalo está na fase de prestações de contas e suas aprovações, a missão recomenda a contratação de 10 consultores via PCT/IICA, sendo alocados 2 em cada URGP para tratar das documentações, licitações e prestações de contas dos beneficiários. Em 21/05/2018 foi realizada reunião com a equipe financeira, jurídica e de prestações de contas do PVSA para identificação de gargalos na execução dos convênios com os beneficiários, onde se acordou arranjos para resolver problemas já existentes e providências para evitar problemas futuros, principalmente com relação a revisar os planos de investimentos adequadamente, utilizar rendimentos e sobras de recursos de licitações para pagar obrigações não previstas anteriormente, itens de viabilidade de mercado, como contratar de forma a atender o sistema SISCON PI e qualidade para o beneficiário. Reuniões com as Coexecutoras SEDUC, SETRE e EMATER foram realizadas para verificar o andamento das licitações e gestões contratuais. SETRE publicou edital para capacitações de jovens e mulheres e quilombolas e EMATER para contratar Assistência Técnica Agrícola para o PVSA, ambas tiveram o acompanhamento do FIDA nas revisões. A missão recomendou à SEDUC agilizar seu planejamento para definir estratégia de ação e seus reflexos em licitações e contratos. Para a UGP a missão recomendou preparar o quanto antes um novo edital para contratação de provedores de assistência técnica, tendo em vista que os contratos atuais estão concebidos de forma que não traz eficiência e tem prejudicado tanto as provedoras, quanto os beneficiários. Para atendimento do público jovem do PVSA, um Acordo de Cooperação Técnica está sendo estabelecido entre a SDR e o Instituto COMRADIO. Este ACT foi acordado com a PGE, por ser dentro do Acordo de Empréstimo e entre governo e 3º setor. Será o “Projeto REDE VIVA O SEMIÁRIDO” (Formação de Jovens Comunicadores do Semiárido) que apresenta um orçamento global de R\$346.500,36, dos quais R\$188.850,18 serão aportados pelo PVSA/SDR e R\$157.650,18 pelo

Instituto COMRADIO. Inicialmente este ACT foi submetido ao PCT/IICA, que informou não poder realizar a operação devido suas limitações normativas. A PGE se mostrou uma parceira do PVSA e solicitou inserir etiqueta de “urgente” nos processos administrativos para que se agilize os pareceres. Por fim, ficou acordada uma contratação de consultoria no Âmbito do PCT/IICA para apoiar a Coordenação do PVSA, principalmente no trato com as assistências técnicas de forma geral. A supervisão possibilitou a identificação de soluções ao problemas de execução do PVSA, onde vários acordos foram estabelecidos, com datas de entregas de documentos, tanto para o FIDA quanto para envio à PGE, dentre esses, a revisão do Manual Operativo do Projeto incluindo as possibilidades de licitações frente ao mercado do Piauí e retirando a forma de pagamento estabelecida para as provedoras de assistência técnica.

## F. Agreed Actions

<b>Agreed Action</b>	<b>Responsibility</b>	<b>Agreed Date</b>
<b>Financial Management &amp; Execution</b>		
<b>Inelegibilidade de despesas</b>  Compensação de inelegibilidade de despesas –no próximo desembolso (R\$ 1.889.630 aproximadamente equivalente a USD 486,000)	Coordenação PVSA e área financeira	06/2018
<b>Auditoria Externa</b>  Entrega do relatório de 2017	Coordenação PVSA e área financeira	06/2018
<b>Manual de Procedimento Financeiro</b>  Adequar no Manual para definição das rotinas e fluxos da contratação e pagamento de AT, operação via conselhos escola SEDUC	Equipe Financeira	07/2018
<b>Sistema de Gestão Financeira</b>  Operacionalizar Sistema Informatizado de Gerenciamento Financeiro/Contábil - Tornar operacional	Coordenação PVSA e área financeira	07/2018
<b>Relatórios Financeiros</b>  Enviar ao FIDA os relatórios financeiros interinos (IFR) do 1º semestre	Equipe Financeira	08/2018
<b>Orçamento</b>  Disponibilizar todo orçamento necessário ao POA 2018	Coordenação PVSA e área financeira	

# Semi-arid Sustainable Development Project in the State of Piauí (Viva o Semiárido)

## Logical Framework

Results Hierarchy	Indicators							Means of verification			Assumptions
	Name	Baseline	Mid-Term	End Target	Annual Result (2018)	Cumulative Result (2018)	Cumulative Result % (2018)	Source	Frequency	Responsibility	
Outreach	1.b Estimated corresponding total number of households members							Project M&E System	Annual	Project M&E Unit	
	Household members	0		88 000	0	67 516	76.7				
	1.a Corresponding number of households reached							Project M&E System	Annual	Project M&E Unit	
	Households	0		22 000	0	16 879	76.7				
	1 Persons receiving services promoted or supported by the project							Project M&E System	Annual	Project M&E Unit	
	Males	0		16 720	0	13 008	77.8				
	Total number of persons receiving services			22 000	0	16 879	76.7				
	Females	0		5 280	0	3 871	73.3				
	Groups that receive services promoted or supported by the project							Project M&E System	Annual	Project M&E Unit	
	Groups	0		178	0	142	79.8				
	Communities that receive services promoted or supported by the project							Project M&E System	Annual	Project M&E Unit	
	Communities	0		178	0	142	79.8				
Goal Poverty reduction on poor rural families of the semi-arid region of Piauí	Reduction of the incidence of child malnutrition							Baseline study (CEPRO Foundation); Mid-term and final impact evaluation; National statistical data (IBGE); Survey	End of Project	RIA	
	Reduction of incidence of child malnutrition, by gender	0		10							
	Assets of families							Baseline study (CEPRO Foundation); Mid-term and final impact evaluation; National statistical data (IBGE); Survey	End of Project	RIA	
	Increase in Households' Assets	0		20							

<b>Objective</b> Poor rural households living in semi-arid region of Piauí sustainably improved their income, employment opportunities and productive assets	Annual volumes and sales of marketed products supported by the project (00.00.04)						Project Baseline Survey; Mid-term/final results and impact evaluation; National statistical data (IBGE); Specific studies of economic local activities; Systematization of experiences/case studies; Beneficiaries' participatory evaluations; Local business register; SETRE employment information system; Policy and strategy documents produced	Annual	Project M&E Unit	Access to land and regularization of tenancy continue to be facilitated by Government policies; basic and social infrastructure would continue to be provided by the GOB; targeted markets stable and likely to absorb incremental production.	
	Increase of annual volumes and sales	0		18	0	0					0
	Increase in net revenues of the small agricultural and non-agricultural businesses supported by the project (00.00.05)										
	Increase of net revenues	0		33	0	0					0
	Small agricultural and non-agricultural businesses supported by the project are operational and profitable after three years (00.00.06)										
	Small businesses	0		80	0	0					0



The institutions of rural extensions are capable of reaching 22,000 families (00.00.08)							Project Baseline Survey; Mid-term/final results and impact evaluation; National statistical data (IBGE); Specific studies of economic local activities; Systematization of experiences/case studies; Beneficiaries' participatory evaluations; Local business register; SETRE employment information system; Policy and strategy documents produced	Annual	Project M&E Unit
Families	0		22 000	0	5 952	27.1			
Experiences of development are replicated and or scaled up (00.00.09)							Project Baseline Survey; Mid-term/final results and impact evaluation; National statistical data (IBGE); Specific studies of economic local activities; Systematization of experiences/case studies; Beneficiaries' participatory evaluations; Local business register; SETRE employment information system; Policy and strategy documents produced	Annual	Project M&E Unit
Experiences	0		5	0	0	0			
Beneficiary households increase their average farm and off-farm income by 20% (00.00.01)							Project Baseline Survey; Mid-term/final results and impact evaluation; National statistical data (IBGE); Specific studies of economic local activities; Systematization of experiences/case studies; Beneficiaries' participatory evaluations; Local business register; SETRE employment information system; Policy and strategy documents produced	Annual	Project M&E Unit
Families	0		75	0	0	0			

	New jobs created from economic activities supported by the project (00.00.07)						Project Baseline Survey; Mid-term/final results and impact evaluation; National statistical data (IBGE); Specific studies of economic local activities; Systematization of experiences/case studies; Beneficiaries' participatory evaluations; Local business register; SETRE employment information system; Policy and strategy documents produced	Annual	Project M&E Unit		
	Jobs	0		7 100	0	0					0
	2.2.1 New jobs created						Project Baseline Survey; Mid-term/final results and impact evaluation; National statistical data (IBGE); Specific studies of economic local activities; Systematization of experiences/case studies; Beneficiaries' participatory evaluations; Local business register; SETRE employment information system; Policy and strategy documents produced	Annual	Project M&E Unit		
	Number of new jobs	0		7 100	0	0					0
<b>Outcome</b> C1. Beneficiary small producers supported to strengthen their organizations to improve their access to markets and participation in value chain	Apex bodies supported to strengthen their own technical assistance and extension system (01.01.04)						M&E System	Annual	Project M&E Unit	SECTA establishes the necessary partnerships to implement the programme; programmes of technical assistance respond to the needs of the market.	
	Apex bodies	0		3	0	4					133.3
<b>Outcome</b> C2. Young people, especially children, have access to specific knowledge related to semi-arid environment	Teachers trained with and applying specific semiarid-related knowledge (02.01.01)						M&E System	Annual	Project M&E Unit	SECTA establishes the necessary partnerships to implement the programme; programmes of technical assistance respond to the needs of the market.	
	Teachers	0		1 200	0	1 380					115
	Children in rural schools attended with actions of diffusion and production of semiarid adapted technologies and knowledge (02.01.02)						M&E System	Annual	Project M&E Unit		
	Children	0		12 000	0	0					0
	Schools	0		100	0	0					0

<b>Outcome</b> C3. Rural institutions supported to strengthen their capacities regarding provision of technical assistance and implementation of rural development policies in the semi-arid region.	The institutions involved in project execution implement participatory methodologies for identification, formulation and supporting associative productive projects (03.01.02)							M&E System	Annual	Project M&E Unit	SECTA establishes the necessary partnerships to implement the programme; programmes of technical assistance respond to the needs of the market.
	Institutions	0		178	0	142	79.8				
<b>Outcome</b> C4. Effective project management unit established and operational	The supervision missions evaluate the financial and technical management as 'satisfactory' (04.01.2)							M&E System	Annual	Project M&E Unit	SECTA establishes the necessary partnerships to implement the programme; programmes of technical assistance respond to the needs of the market.
	Supervision Missions	0		100	80	80	80				
<b>Output</b> C1. Beneficiary small producers supported to strengthen their organizations to improve their access to markets and participation in value chain	Women benefited by the agro and non-agro activities (01.01.02)							M&E System	Annual	Project M&E Unit	SECTA establishes the necessary partnerships to implement the programme; programmes of technical assistance respond to the needs of the market.
	Women	0		3 300	0	0	0				
	Organizations of producers strenghtened or created (01.01.01)							M&E System	Annual	Project M&E Unit	
	Organizations	0		178	0	142	79.8				
	2.1.3 Rural producers' organizations supported							M&E System	Annual	Project M&E Unit	
	Rural POs supported			178	0	142	79.8				
	Extensionists and local development agent operational (01.01.03)							M&E System	Annual	Project M&E Unit	
Extentionists and agents	0		347	0	0	0					
<b>Output</b> C1. Beneficiary small producers receive technical assistance and financial resources to improve agricultural and no agricultural crops	Producers have access to financial services for short-term credit from PRONAF or other financial institutions (US\$2.8 million)							M&E System	Annual	Project M&E Unit	SECTA establishes the necessary partnerships to implement the programme; programmes of technical assistance respond to the needs of the market.
	Producers	0		18 000	0	0	0				
	1.1.5 Persons in rural areas accessing financial services							M&E System	Annual	Project M&E Unit	
	Total persons accessing financial services - credit			18 000	0	0	0				

	Beneficiaries (artisans) receive technical assistance and financial resources for their investments (01.02.03)						M&E System	Annual	Project M&E Unit		
	Beneficiaries	0		1 000	0	0					0
	Producers receive technical assistance and financial resources for individual productive investments (USD 15,6 million) (01.02.02)						M&E System	Annual	Project M&E Unit		
	Producers	0		18 000	0	0					0
	1.1.3 Rural producers accessing production inputs and/or technological packages										
	Rural producers accessing..... (total)			18 000	0	5 952					33.1
<b>Output</b> C.1 Producers trained with innovative agricultural and not agricultural techniques	22 000 producers (40% females) trained in agricultural and non agricultural production practices.						M&E System	Annual	Project M&E Unit	SECTA establishes the necessary partnerships to implement the programme; Programmes of technical assistance respond to the needs of the market	
	Producers			22 000	0	7 598					34.5
	1.1.4 Persons trained in production practices and/or technologies						M&E System	Annual	Project M&E Unit		
	Men trained in crop			13 200	0	6 075					46
	Women trained in crop			8 800	0	1 523					17.3
	Total persons trained in crop	0		22 000	0	7 598					34.5
<b>Output</b> C2. Young people, especially children, have access to specific knowledge related to semi-arid environment	Agroecological systems installed in public schools (02.01.03)						M&E System	Annual	Project M&E Unit	SECTA establishes the necessary partnerships to implement the programme; programmes of technical assistance respond to the needs of the market.	
	Systems	0		80	0	0					0
	Scientific projects developed in schools of public networks and EFAs (02.01.04)						M&E System	Annual	Project M&E Unit		
	Projects	0		50	0	0					0
	Monitoring projects developed in schools of public networks and EFAs (02.01.05)						Professional Trainings reports; Research Grants	Annual	Project M&E Unit		
	Projects	0		170	0	0					0
<b>Output</b> C2. Beneficiaries, especially young people, benefited from technical qualification for better insertion in labor market	Young people receive professional trainings (02.02.01)						Report of Youth Trainings	Anual	Project M&E Unit	SECTA establishes the necessary partnerships to implement the programme; programmes of	

										technical assistance respond to the needs of the market.				
	Young	0		3 500	0	266					7.6			
	Females			50										
	2.1.2 Persons trained in income-generating activities or business management													
	Young			3 500										
	Females			1 750										
	Males			1 750										
<b>Output</b> C3. Rural institutions supported to strengthen their capacities regarding provision of technical assistance and implementation of rural development policies in the semi-arid region	Government official and staff trained in participatory methodologies for identification, formulation and supporting associative productive projects (03.01.01)						SIG and PTOA of the project; Report of activities of partners; M&E System; Participative evaluations; Systematization of case studies	Annual	Project M&E Unit	Government keeps politics of participation and legislation.				
	Officials and staff	0		100	0	100					100			
	Thematic and/or consortiums fostered (03.01.03)						SIG and PTOA of the project; Report of activities of partners; M&E System; Participative evaluations; Systematization of case studies	Annual	Project M&E Unit					
	Consortiums	0		4	0	3					75			
	Consortiums workshops organized (03.01.04)						SIG and PTOA of the project; Report of activities of partners; M&E System; Participative evaluations; Systematization of case studies	Annual	Project M&E Unit					
	Workshops	0		6	0	0					0			
	Development experiences systematized (03.01.05)						SIG and PTOA of the project; Report of activities of partners; M&E System; Participative evaluations; Systematization of case studies	Annual	Project M&E Unit					
	Experiences	0		16	0	0					0			
	Case studies undertaken						SIG and PTOA of the project; Report of activities of partners; M&E System; Participative evaluations; Systematization of case studies	Annual	Project M&E Unit					
	Case studies	0		9	0	0					0			

	Offices for elaboration of Business Plans (03.01.07)						SIG and PTOA of the project; Report of activities of partners; M&E System; Participative evaluations; Systematization of case studies	Annual	Project M&E Unit		
	Offices	0		10	0	6					60
<b>Output</b> C3. People trained through offices, seminaries and exchange events in issues related to the semi-arid	1,875 people trained through workshops, seminars and exchanges, in the themes of living with the semi-arid.									Government keeps politics of participation and legislation.	
	People trained			1 875	1 404	8 823					470.6
<b>Output</b> C4. Effective project management unit established and operational	Regional Desks composed by three technicians (EMATED), one technical consultant, one technician of SETRE and one technician of SEDUC (04.01.01)						SIG and PTOA of the project; Report of activities of partners; M&E System; Participative evaluations; Audit Reports; Supervision Reports	Annual	Project M&E Unit		
	Regional Desks		0	5	5	5					100
	Interventions and activities are effectively executed as planned in AWPB (04.01.03)						SIG and PTOA of the project; Report of activities of partners; M&E System; Participative evaluations; Audit Reports; Supervision Reports	Annual	Project M&E Unit		
	Interventions and Activities	0		70							
	Project officers are women (04.01.04)						SIG and PTOA of the project; Report of activities of partners; M&E System; Participative evaluations; Audit Reports; Supervision Reports	Annual	Project M&E Unit		
	Women officers	0		50		50					100
	The systems of Information for Management and M&E are operational (04.01.05)						SIG and PTOA of the project; Report of activities of partners; M&E System; Participative evaluations; Audit Reports; Supervision Reports	Annual	Project M&E Unit		
	System	0		1	1	1					100
	2.1.4 Supported rural producers that are members of a rural producers' organization										
	Females				0	1 523					
	Males				0	4 429					

## **Brazil**

---

### **Semi-arid Sustainable Development Project in the State of Piauí (Viva o Semiárido)**

#### **Supervision Report**

#### **Appendix 1: Financial: actual financial performance; by financier by component and disbursements by category**

Mission Dates: 14 a 25 de maio de 2018.  
Document Date: 12/09/2018  
Project No. 1100001486  
Report No. 4821-BR





**APPENDIX 1: FINANCIAL: ACTUAL FINANCIAL PERFORMANCE BY FINANCIER;**

**BY COMPONENT AND DISBURSEMENTS BY CATEGORY**

**Tabela 2A: Execução Financeira por financiador** 30/04/2018

Financiador	Aprovado (USD)	Atual * (USD)	Desembolsado (USD)	%
FIDA	20.000.000,0	16.929.651,1	10.415.613,4	62%
Governo	9.671.449,0	9.671.449,0	5.430.791,0	56%
Total	29.671.449,0	26.601.100,1	15.846.404,3	60%

**Tabela 2B: Execução Financeira por financiador e componente (USD 1,000)** POSIÇÃO: 30/04/2018

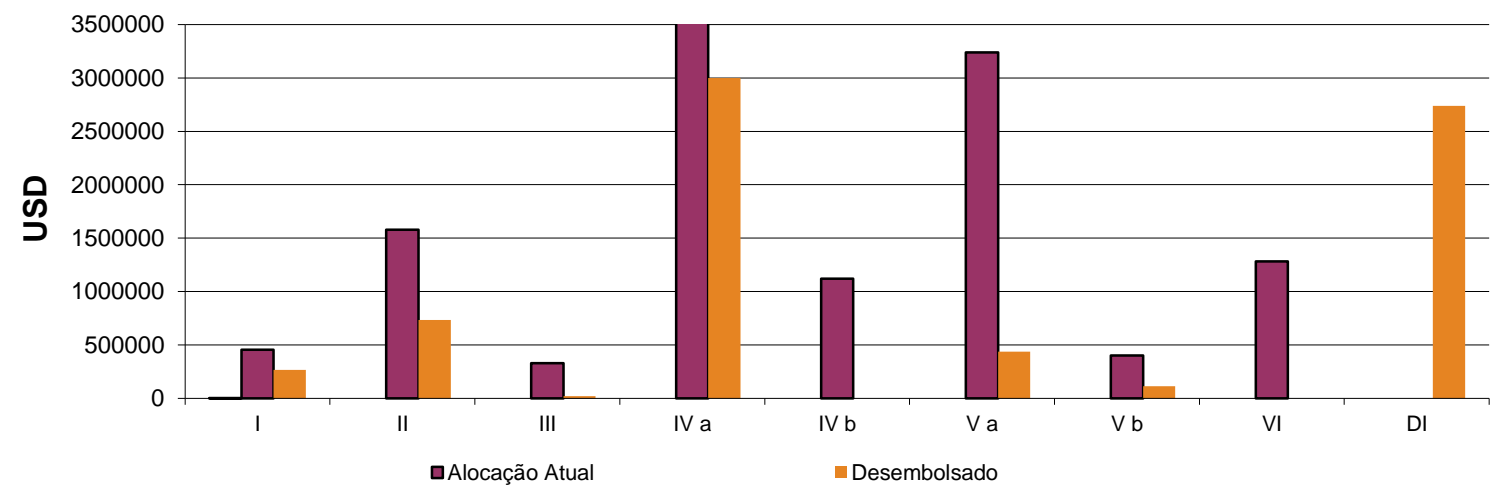
Componente	FIDA			Governo			Total		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
1 Desenvolv. Produtivo	13.492	5.677	42%	3.767	1.512	40%	17.259	7.189	42%
2 Desenv. Social e Humano	1.750	697	40%	2.307	82	4%	4.057	779	19%
3 Fortalecimento Inst.	672	349	52%	169	104	62%	841	453	54%
4 Unidade de Gestão do Projeto	1.016	983	97%	3.428	3.732	109%	4.444	4.715	106%
Total	16.930	7.706	46%	9.671	5.431	56%	26.601	13.137	49%

Fonte: UGP/PMVS

Tabela 2C: Desembolso por Categorias		SDR				30/04/2018	
	Descrição da Categoria	Alocação Original	Alocação Atual	Desembolsado	Pedido Pendente	Saldo	% Des
I	Equipamentos e Veículos	455.000	455.000	266.483	-	188.517	59%
II	Treinamento - Cursos e Oficinas	1.580.000	1.580.000	732.453	-	847.547	46%
III	Convênios e Contratos para Serviços Técnicos	330.000	330.000	20.106	-	309.894	6%
IVa	Fundos de Investimentos Produtivos	4.364.000	4.364.000	2.997.579	18.341	1.348.080	69%
IVb	Fundos de Investimentos Agroprocessamento	1.120.000	1.120.000	-	775.950	344.050	0%
Va	Custos Recorrentes/Salários ADLs,	3.240.000	3.240.000	438.724	109.169	2.692.107	14%
Vb	Custos Recorrentes/Custos Operacionais	400.000	400.000	113.373	-	286.627	28%
VI	Não alocado	1.281.903	1.281.903	-	-	1.281.903	0%
DI	Depósito Inicial	0	0	2.737.713	-	-2.737.713	
	Total	12.770.903	12.770.903	7.306.431	903.460	4.561.012	57%

Tabela 2C: Desembolso por Categorias		USD					30/04/2018	
	Descrição da Categoria	SDR	Alocação Original	Alocação Atual USD	Desembolsado USD	Pedido Pendente USD	Saldo USD	% Des
I	Equipamentos e Veículos	455.000	712.557	636.243	367.003		269.240	58%
II	Treinamento - Cursos e Oficinas	1.580.000	2.474.375	2.237.526	1.027.060		1.210.467	46%
III	Convênios e Contratos para Serviços Técnicos	330.000	516.800	470.999	28.408		442.590	6%
IVa	Fundos de Investimentos Produtivos	4.364.000	6.834.286	6.144.643	4.219.314	26.194	1.899.134	69%
IVb	Fundos de Investimentos Agroprocessamento	1.120.000	1.753.987	491.373	0	1.108.211	-616.839	0%
Va	Custos Recorrentes/Salários ADLs, Extencionistas	3.240.000	5.074.034	4.458.594	613.727	155.916	3.688.952	14%
Vb	Custos Recorrentes/Custos Operacionais	400.000	626.424	569.462	160.102		409.360	28%
VI	Não alocado	1.281.903	2.007.537	1.830.814			1.830.814	0%
DI	Depósito Inicial	0	0	89.998	4.000.000		-3.910.002	
	Total	12.770.903	20.000.000	16.929.651	10.415.613	1.290.321	5.223.717	62%

Gráfico 1: Desembolsos, comapração das alocações original, atual e desembolsos efetivos





## **Brazil**

---

### **Semi-arid Sustainable Development Project in the State of Piauí (Viva o Semiárido)**

#### **Supervision Report**

#### **Appendix 2: Physical progress measured against AWP&B**

Mission Dates: 14 a 25 de maio de 2018.

Document Date: 12/09/2018

Project No. 1100001486

Report No. 4821-BR

**APPENDIX 2: PHYSICAL PROGRESS MEASURED AGAINST AWP&B**  
**SISTEMA DE M&A DO FIDA BRASIL**

**AVANÇO DE INDICADORES RESPEITO DO POA (2018)**

**DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

**ESTADO:** PIAUI

**PROJETO:** Piauí - Projeto de Desenvolvimento Sustentável no Semiárido do Piauí, Projeto Viva o Semiárido (PVSA)

**MÊS DE AVANÇO:** Junho

Dados do Indicador													
Resumo Descritivo	Código	Nome do indicador	Semáforo POA 2018	Unidade de Medida	Frequência de medida	Meta POA 2018	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%	Meios de Verificação	Supostos
META As famílias rurais pobres da região semiárida do Piauí reduziram os níveis de pobreza	00.00.01	20% das famílias com melhorias no índice de propriedade de bens domésticos			Anual	0	0	0,00	20	0	0,00	<input type="checkbox"/> Enquetes de referência <input type="checkbox"/> Avaliação a médio prazo e final de resultados e impactos <input type="checkbox"/> Dados estatísticos nacionais (IBGE) Linha de Base (Fundação Cepro)	Secas. Problemas de gestão dos projetos.
	00.00.02	10% de redução na prevalência de desnutrição infantil, por sexo			Anual	0	0	0,00	10	0	0,00		
OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO As famílias rurais pobres da região semiárida do Piauí sustentavelmente melhoraram as suas rendas, oportunidades de emprego e ativos produtivos	00.00.03	22000 famílias rurais pobres beneficiárias diretas dos serviços do projeto	<div><div></div></div>		Mensal	2.000	0	0,00	22.000	16.879	76,72	<input type="checkbox"/> Enquetes de referência <input type="checkbox"/> Avaliação a médio prazo e final de resultados e impactos <input type="checkbox"/> Dados estatísticos nacionais (IBGE) <input type="checkbox"/> Estudos específicos de atividades econômicas locais	<input type="checkbox"/> Secas <input type="checkbox"/> Acesso e regularização das terras continua a ser facilitada pelo GOB <input type="checkbox"/> Infra-estruturas sociais e básicas continuarão a ser fornecidos
	00.00.03.01	88.000 pessoas beneficiadas (RIMS1.8.1)	<div><div></div></div>	Pessoa	Mensal	8.000	0	0,00	88.000	25.792	29,31		
	00.00.03.02	50.000 mulheres beneficiadas	<div><div></div></div>	Mulher	Mensal	1.000	0	0,00	50.000	1.523	3,05		
	00.00.03.03	10.000 jovens beneficiados	<div><div></div></div>	Jovens	Mensal	500	0	0,00	10.000	815	8,15		

00.00.03.04	Famílias Quilombolas	<input type="checkbox"/>		Mensal	500	0	0,00	0	519	0,00	<input type="checkbox"/> Sistematizações de experiências e estudos de caso <input type="checkbox"/> Avaliações participativas pelos beneficiários <input type="checkbox"/> Registo comercial Local <input type="checkbox"/> Sistema de informação da SETRE sobre o trabalho <input type="checkbox"/> Documentos produzidos de políticas e estratégias	pelo GOB <input type="checkbox"/> Mercados alvos estáveis e capazes de absorver a produção incremental <input type="checkbox"/> Seguem as políticas públicas de reabilitação dos serviços de extensão <input type="checkbox"/> Problemas de acesso à terra
00.00.04	18% de aumento anual dos volumes e vendas dos produtos comercializados e apoiados pelo projeto, por produto			Mensal	0	0	0,00	18	0	0,00		
00.00.05	Pelo menos 33% de aumento na receita líquida das pequenas empresas agrícolas e não-agrícolas apoiadas pelo projeto			Mensal	0	0	0,00	33	0	0,00		
00.00.06	80% das pequenas empresas agrícolas e não-agrícolas apoiadas pelo projeto operam rentavelmente após três anos			Mensal	0	0	0,00	80	0	0,00		
00.00.07	7100 novos empregos criados pelas atividades econômicas apoiadas pelo projeto			Mensal	0	0	0,00	7.100	0	0,00		
00.00.08	As instituições de extensão rural são capazes de atender a 22000 famílias beneficiárias			Mensal	0	0	0,00	22.000	5.952	27,05		
00.00.09	Pelo menos 5 experiências de desenvolvimento sistematizadas são replicadas e/ou ampliadas			Mensal	0	0	0,00	5	0	0,00		
00.00.10	Pelo menos 75% das famílias beneficiárias aumentaram em 20% a sua renda média agrícola e não agrícola			Mensal	0	0	0,00	20	0	0,00		

Produto 1.1. Pequenos produtores beneficiários apoiados para fortalecer as suas organizações e melhorar o seu acesso aos mercados e participação nas cadeias produtivas	01.01.01	Pelo menos 181 organizações de produtores fortalecidas ou criadas	<input type="checkbox"/>		Mensal	39	0	0,00	181	142	78,45		
	01.01.01.01	181 PIPs aprovados	<input type="checkbox"/>	Plano	Mensal	39	0	0,00	181	142	78,45		
	01.01.01.02	181 PIPs aprovados e com recurso disponibilizado	<input type="checkbox"/>	Plano	Mensal	118	22	18,64	181	85	46,96		
	01.01.01.03	181 PIPs com a 1ª parcela liberada	<input type="checkbox"/>		Mensal	118	22	18,64	181	85	46,96		
	01.01.01.04	181 PIPs com a 2ª parcela liberada	<input type="checkbox"/>		Mensal	171	9	5,26	181	19	10,50		
	01.01.01.05	181 PIPs com a 3ª parcela liberada	<input type="checkbox"/>		Mensal	178	3	1,69	181	6	3,31		
	01.01.01.06	181 PIPs com a 4ª parcela liberada	<input type="checkbox"/>		Mensal	92	1	1,09	181	2	1,10		
	01.01.01.07	6 Planos de Negócios Estratégicos	<input type="checkbox"/>		Mensal	1	0	0,00	6	4	66,67		
	01.01.02	3.300 mulheres beneficiadas pelas atividades agrícolas e não agrícolas	<input type="checkbox"/>		Trimestral	500	0	0,00	3.300	1.523	46,15		
	01.01.02.01	2800 mulheres beneficiadas pelas atividades agrícolas	<input type="checkbox"/>	Empresa	Mensal	500	0	0,00	2.800	1.523	54,39		
	01.01.02.02	500 mulheres beneficiadas pelas atividades não agrícolas		Empresa		0	0	0,00	500	0	0,00		
	01.01.03	347 extensionistas e Agentes de Desenvolvimento Local operacionais			Semestral	0	0	0,00	326	0	0,00		
	01.01.03.01	21 extensionistas			Trimestral	0	0	0,00	21	0	0,00		
	01.01.03.02	326 Agentes de Desenvolvimento Local		Agente educativo		0	0	0,00	326	0	0,00		



	01.01.04	3 organizações de produtores de segundo nível apoiadas para fortalecer o seu próprio sistema de assistência técnica e extensão			Mensal	0	0	0,00	3	4	133,33		
Produto 1.2. Pequenos produtores beneficiários acessam à assistência técnica e recursos financeiros para melhorar as produções agrícolas e não agrícolas	01.02.01	22 000 produtores (40% mulheres) formados com técnicas de produção agrícola e não agrícola	<input type="checkbox"/>		Mensal	500	0	0,00	22.000	5.952	27,05		
	01.02.01.01	8.800 mulheres	<input type="checkbox"/>	Mulher	Mensal	500	0	0,00	8.800	1.523	17,31		
	01.02.02	18 000 produtores recebem assistência técnica e recursos financeiros para investimentos produtivos individuais (USD 15,6 milhões)	<input type="checkbox"/>		Mensal	1.200	0	0,00	18.000	5.952	33,07		
	01.02.02.01	9.500 produtores recebem assistência técnica e recursos financeiros para investimentos produtivos individuais (USD13,0 milhões)	<input type="checkbox"/>	Produtor	Mensal	1.200	0	0,00	9.500	5.034	52,99		
	01.02.02.02	8.500 produtores recebem assistência técnica e recursos financeiros (USD 2,6 milhões) para criar 112 unidades de agro-transformação		Produtor	Mensal	0	0	0,00	8.500	1.318	15,51		
	01.02.02.03	112 unidades de agro-transformação	<input type="checkbox"/>	Unidade	Trimestral	3	0	0,00	112	11	9,82		
	01.02.03	1.000 beneficiários (artesanato) recebem assistência técnica e recursos financeiros para investimento			Mensal	0	0	0,00	1.000	0	0,00		

	01.02.04	18 000 produtores têm acesso a serviços financeiros para crédito de custeio do PRONAF e outras instituições financeiras (USD 2.8 milhões)-			Mensal	0	0	0,00	18.000	0	0,00		
Produto 2.1. Os jovens, especialmente as crianças, têm acesso a conhecimentos específicos relacionados com o ambiente semi-árido						0	0	0,00	0	0	0,00	Cursos de Formação de Professores realizados (educação contextualizada) Bolsas de pesquisa para aluno concedidas Bolsas de pesquisa para professores concedidas Implantação de Sistemas Produtivos Agroecológicos	Não realização dos cursos de formação.
						0	0	0,00	0	0	0,00		
						0	0	0,00	0	0	0,00		
	02.01.01	1.200 profissionais de educação formados e aplicando conhecimentos específicos sobre a realidade do semiárido	<input type="checkbox"/>		Mensal	600	0	0,00	1.200	1.380	115,00		
	02.01.01.01	100 cursos de formação em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido <input type="checkbox"/> ECSA e Educação do Campo <input type="checkbox"/> EDOC, divididos em duas etapas de 40h/a cada.	<input type="checkbox"/>		Mensal	54	15	27,78	100	61	61,00		
	02.01.01.02	4 intercâmbios realizados para conhecimento de experiências de educação contextualizada para convivência no Semiárido	<input type="checkbox"/>		Trimestral	1	0	0,00	4	0	0,00		
	02.01.01.03	3 livros com experiência de ECSA publicados			Trimestral	0	0	0,00	3	0	0,00		
	02.01.01.04	5 Seminários Regionais realizados sobre experiências desenvolvidas				0	0	0,00	5	0	0,00		

02.01.02	12.000 educandos em 100 escolas de educação básica, com ações de difusão e geração de conhecimento e tecnologias adaptados ao semiárido;	<input type="checkbox"/>		Mensal	6.000	0	0,00	12.000	0	0,00
02.01.02.01	2 materiais paradidáticos publicados	<input type="checkbox"/>		Trimestral	1	0	0,00	2	0	0,00
02.01.02.02	4 materiais de multimídia desenvolvidos			Trimestral	0	0	0,00	4	0	0,00
02.01.02.03	1 livro com pesquisa em ECSA publicado			Trimestral	0	0	0,00	1	0	0,00
02.01.03	80 sistemas Agroecológicos instalados em 70 escolas públicas do semi-árido, sendo 60 nas escolas de Educação básica e 20 em escolas profissionais	<input type="checkbox"/>		Mensal	20	0	0,00	80	0	0,00
02.01.03.01	60 sistemas Agroecológicos instalados nas escolas de Educação básica	<input type="checkbox"/>		Mensal	10	0	0,00	60	0	0,00
02.01.03.02	20 sistemas Agroecológicos instalados em 10 escolas profissionais	<input type="checkbox"/>		Mensal	10	0	0,00	20	0	0,00
02.01.03.03	60 escolas de educação básica apoiadas através da seleção de alunos egressos das escolas profissionais, denominados de Agentes de Apoio a Projetos Escolar, por um período de 03 (três) anos	<input type="checkbox"/>		Mensal	10	0	0,00	60	0	0,00

	02.01.04	50 projetos de iniciação científica desenvolvidos em escolas das redes públicas e EFAs	<input type="checkbox"/>		Mensal	50	0	0,00	50	0	0,00		
	02.01.04.01	40 projetos de iniciação científica desenvolvidos em escolas regulares de educação básica.	<input type="checkbox"/>		Mensal	40	0	0,00	40	0	0,00		
	02.01.04.02	10 projetos de iniciação científica desenvolvidos em escolas profissionais.	<input type="checkbox"/>		Mensal	10	0	0,00	10	0	0,00		
	02.01.05	170 projetos de monitoria desenvolvidos em escolas das redes públicas e EFA's	<input type="checkbox"/>		Mensal	30	0	0,00	170	0	0,00		
	02.01.05.01	90 projetos de monitoria desenvolvidos em 30 escolas regulares de educação básica.	<input type="checkbox"/>		Mensal	10	0	0,00	90	0	0,00		
	02.01.05.02	80 projetos de monitoria desenvolvidos em 10 escolas profissionais	<input type="checkbox"/>		Mensal	20	0	0,00	80	0	0,00		
Produto 2.2. Os beneficiários, especialmente os jovens, se beneficiam de uma melhor qualificação técnica para a inserção no mercado de trabalho	02.02.01	2000 jovens recebem formação profissional, dos quais 50% são mulheres	<input type="checkbox"/>		Mensal	875	0	0,00	2.000	266	13,30	Quantidade de Cursos Realizados para os Jovens	Dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho
Produto 3.1. As instituições rurais são apoiadas para reforçar as suas capacidades de prestação de assistência técnica e execução de políticas	03.01.01	100 funcionários públicos treinados em metodologias de identificação, formulação e acompanhamento de projetos produtivos associativos			Trimestral	0	0	0,00	100	100	100,00	SIG e PTOA do projeto <input type="checkbox"/> Relatórios de atividades dos parceiros técnicos e sistema de Monitoramento e Avaliação <input type="checkbox"/>	

de desenvolvimento rural no semi-árido	03.01.02	As instituições de extensão rural envolvidas no projeto implementam metodologias participativas de identificação, formulação e acompanhamento de projetos produtivos associativos	<input type="checkbox"/>		Mensal	39	0	0,00	181	142	78,45	Avaliações participativas pelos beneficiários <input type="checkbox"/> Sistematização e estudos de caso	
	03.01.03	4 consórcios temáticos e/ou territoriais fomentados	<input type="checkbox"/>		Mensal	0	0	0,00	4	3	75,00		
	03.01.04	6 oficinas dos consórcios organizadas	<input type="checkbox"/>		Mensal	0	0	0,00	6	5	83,33		
	03.01.05	16 experiências de desenvolvimento sistematizadas	<input type="checkbox"/>		Mensal	0	0	0,00	16	0	0,00		
	03.01.06	9 estudos de caso realizados	<input type="checkbox"/>		Mensal	0	0	0,00	9	0	0,00		
	03.01.07	10 Oficinas de elaboração de Planos de Negócios	<input type="checkbox"/>		Mensal	0	0	0,00	10	6	60,00		
Produto 3.2. Pequenos produtores e suas organizações comunitárias têm suas capacidades fortalecidas	03.02.01	1.875 pessoas capacitadas através de oficinas, seminários e intercâmbios, nas temáticas de convivência com o semiárido.	<input type="checkbox"/>		Mensal	1.700	0	0,00	1.875	9.281	494,99		
	03.02.01.01	300 mulheres capacitadas objetivando a inclusão produtiva, organizativa e social	<input type="checkbox"/>		Mensal	210	0	0,00	300	40	13,33		
	03.02.01.02	150 representantes de associações capacitados sobre gestão associativa de empreendimentos	<input type="checkbox"/>		Mensal	250	0	0,00	150	0	0,00		

		coletivos para lideranças comunitárias e representantes de associações.											
	03.02.01.03	100 representantes de comunidades Quilombolas capacitados e orientados para inclusão produtiva, valorização e preservação ambiental e das tradições e valores culturais	<input type="checkbox"/>		Mensal	200	0	0,00	100	78	78,00		
	03.02.01.04	90 representantes de Jovens capacitados, orientados a inclusão produtiva e organizativa	<input type="checkbox"/>		Mensal	100	0	0,00	90	30	33,33		
	03.02.01.05	210 técnicos e agricultores participam de intercâmbios para nivelamento e troca de experiências e construção de conhecimento entre Projetos FIDA	<input type="checkbox"/>		Mensal	175	0	0,00	210	170	80,95		
	03.02.01.06	90 lideranças participam de cursos de capacitação sobre preservação de recursos naturais e sustentabilidade			Mensal	0	0	0,00	90	0	0,00		
	03.02.01.07	150 representantes de associações capacitados em associativismo e cooperativismo	<input type="checkbox"/>		Mensal	150	0	0,00	150	150	100,00		
	03.02.01.08	785 pessoas capacitadas em outras temáticas	<input type="checkbox"/>		Mensal	615	0	0,00	785	8.823	1.123,95		
Produto 4.1. A unidade de gestão do projeto é	04.01.01	Os 5 escritórios regionais se compõem			Semestral	0	0	0,00	5	10	200,00	SIG e PTOA do projeto <input type="checkbox"/>	Mudanças no Governo

estabelecida e funciona de maneira adequada aos requisitos do projeto		cada um: 3 técnicos da EMATER, 1 consultor técnico, 1 técnico da SETRE e um técnico da SEDUC										Relatórios de atividades dos parceiros técnicos e sistema de Monitoramento e Avaliação <input type="checkbox"/> Relatórios de auditorias <input type="checkbox"/> Relatórios de supervisão	poderia implicar mudanças de pessoal <input type="checkbox"/> Falta de experiência das equipes técnicas da CCSA
	04.01.02	As missões de supervisão avaliam a gestão financeira e técnica como satisfatória	<input type="checkbox"/>		Trimestral	1	1	0,00	100	100	200,00		
	04.01.03	70% das intervenções/atividades efetivamente executadas como previstas no PTOA	<input type="checkbox"/>		Trimestral	70	0	0,00	70	77	110,00		
	04.01.04	50% dos funcionários do projeto são mulheres	<input type="checkbox"/>		Trimestral	50	0	0,00	50	50	100,00		
	04.01.05	Os sistemas de Informação para a Gestão e M&A operacionais (enquetes de referência, RIMS, avaliações participativas, etc)	<input type="checkbox"/>		Trimestral	10	0	0,00	0	26	0,00		

## **Brazil**

---

### **Semi-arid Sustainable Development Project in the State of Piauí (Viva o Semiárido)**

#### **Supervision Report**

#### **Appendix 3: Compliance with legal covenants: status of implementation**

Mission Dates: 14 a 25 de maio de 2018.

Document Date: 12/09/2018

Project No. 1100001486

Report No. 4821-BR



## **APPENDIX 03: COMPLIANCE WITH LEGAL COVENANTS: STATUS OF IMPLEMENTATION**

### **1. Arranjos de Aquisições**

O PVSA não conta com setor de licitações e contratos e possui a complexidade de ter um arranjo distribuído entre sua UGP, Coexecutoras, sendo a SETRE, a SEDUC e o EMATER, e, entre associações/cooperativas beneficiárias. A UGP conta em seu arranjo com um PCT com o IICA para apoiar a execução, principalmente das contratações de consultorias.

Assim como os beneficiários (associações/cooperativas), as Coexecutoras atuam por descentralização e também possuem arranjos internos burocráticos que não facilitam a eficiência na execução. Além disso, não possuem acompanhamento de uma equipe especializada na UGP que apoie nas questões básicas para as licitações e oriente quanto aos entraves, inclusive para fazer interlocução com o FIDA.

O arranjo das licitações e contratos no âmbito dos beneficiários precisa ser melhorado, pois a sistemática atual apresenta diversos entraves, que podem ser minimizados se houver equipe especializada e dedicada para prover o acompanhamento desses processos, instruindo adequadamente e em tempo hábil os beneficiários, por meio de oficinas de capacitação sistemáticas, além do acompanhamento individual de cada associação/cooperativa com seus processos. Esses fatores impactam diretamente nos resultados do projeto pois geram atrasos preocupantes na execução, que deveria estar adiantada em virtude do tempo de existência do projeto.

Para melhorar o arranjo do projeto, a missão recomenda a contratação urgente de consultores via PCT/IICA para (i) assessorar a Direção do Projeto e (ii) apoiar as atividades de licitações, contratações e prestações de contas dos beneficiários junto às URGP's. Em missão anterior foi recomendada a contratação de dois consultores para apoio à UGP/URGP's/Beneficiários e Coexecutoras, que devem ficar lotados na SDR, cujo certame foi republicado e está em fase de análise. Nesse entendimento a missão recomenda agilidade nessas contratações.

O Termo de Referência para a contratação de consultor para assessorar a Coordenação do Projeto deve ser submetido ao FIDA para revisão. Este TDR deve prever atividades de apoio à gestão do Projeto de forma geral, com intermediação entre as áreas do PVSA, unidades regionais e Coexecutoras.

### **2. Pessoal de Aquisições e Contratações**

A UGP do PVSA não conta com setor de licitações e contratos, possui apenas 01 (uma) pessoa que se divide em licitações e assessoria jurídica, o que torna conflitante e incompatível a eficiência das atividades de licitações. Quem trata de licitação não deve fazer análise jurídica e vice-versa. A falta de uma equipe de licitações e contratos na UGP gera um inadequado acompanhamento do planejamento das aquisições do projeto de forma geral, corroborando com ineficiência na execução, além do fato de que o apoio à gestão das licitações, contratações e prestações de contas dos beneficiários acaba por ser feita de forma precária pelos técnicos agrícolas, seja do EMATER ou das provedoras de Assistência Técnica, tomando um tempo considerável que, se houvesse pessoal dedicado para esta tarefa, maior atenção poderia ser dedicada para as questões agrícolas.

A missão recomenda agilizar a finalização do certame de contratação dos dois consultores que ficarão lotados na SDR para apoio à UGP/URGP's/Beneficiários e Coexecutoras, e que o servidor que atua na área de licitações e jurídica, seja, após essas contratações, mobilizado somente para a área jurídica do Projeto e, em diálogos com a Secretária da SDR e a Coordenação do PVSA, ficou acordada a contratação de 10 (dez) técnicos via PCT/IICA para atuarem nos escritórios regionais (2 por escritório) junto aos beneficiários, realizando a gestão dos Planos de Investimento Produtivos. O Termo de Referência foi submetido pelo Projeto e analisado pelo FIDA durante a missão de supervisão. **O FIDA manifestou por meio do Memorando de Missão de Supervisão a não objeção** à contratação desses 10 (dez) consultores individuais para apoiar as Unidades Regionais de Gestão do Projeto – URGPs de Paulistana, Picos, Valença, Oeiras e São Raimundo Nonato, nas atividades relacionadas a gestão documental e jurídica, financeira, contábil, licitações e prestação de contas relativas à implementação do Planos de Investimentos das associações/organizações e cooperativas de produtores/as rurais, no âmbito do Projeto Viva o Semiárido –PVSA, com o valor de contrato individual de R\$ 93.600,00 (noventa e três mil e seiscentos reais) para 24 (vinte e quatro meses), contrato por preço global e modalidade produto, cuja vigência será de 02 (dois) anos, podendo ser renovável.

Recomendamos que toda documentação referente a estas contratações seja mantida nos arquivos do projeto para apresentação em futuras missões do FIDA e auditorias.

### 3. Arquivos dos registros das licitações e documentação suporte

A missão analisou os documentos da UGP e de alguns beneficiários e constatou em sua amostra que os arquivos dos registros das licitações e da documentação suporte de certames realizados tanto pela UGP quanto pelos beneficiários estavam instruídos satisfatoriamente. Os documentos relativos aos certames dos beneficiários contam com uma logística de trânsito adequada, onde há o cuidado de se arquivar na UGP os documentos originais.

### 4. Gestão de contratos

Devido ao atraso na disponibilização de Sistema de Gestão Financeira e Contábil, em 21/05/2018, às 8h, foi realizada reunião entre a equipe FIDA, do PVSA, do PROGERE II e a empresa LVieira - Luciano Pereira Vieira-ME (que participou por meio de videoconferência), para estabelecer as demandas necessárias à implementação do Módulo Financeiro para o PVSA. Esta empresa é contratada no âmbito do PROGERE II para elaborar sistema de gestão (SIGMA) para a SDR. O contrato possui abrangência para manutenções evolutivas da SDR, onde será acomodado o Módulo Financeiro para o PVSA. Esta é uma demanda de missões anteriores, que não havia sido desenvolvida pela empresa devido o PVSA não ter encaminhado a demanda para emissão de Ordem de Serviço por parte da empresa. A missão recomenda maior dedicação do Projeto ao acompanhamento do desenvolvimento deste módulo, para que os prazos pactuados na reunião sejam prontamente atendidos, sendo: 01/06/2018 – Projeto define a customização necessária e encaminha à LVieira; em 08/06/2018 – LVieira encaminha a Ordem de serviço e em 10/07/2018 o Módulo deverá estar disponível para carga manual. **A missão recomenda** que a Coordenação e equipe financeira do PVSA acompanhe os acordos estabelecidos e informe ao FIDA sobre o cumprimento dos prazos acordados.

A missão constatou falha na Gestão de Contratos no âmbito do Projeto, identificando atrasos consideráveis nos pagamentos das Assistências Técnicas, por instrução diversa dos termos contratuais, o que tem gerado deficiências na prestação desse importante serviço. Foi realizada reunião com representantes dessas organizações para identificação e confirmação dos problemas.

Esses serviços de Provedores de Assistência Técnica foi pauta de reunião com a PGE, relativo a necessidade de submissão de novo edital de Chamada Pública para seleção de Assistência Técnica para os cinco territórios de atendimento do PVSA, em virtude de que os contratos atuais com as entidades não têm trazido ao PVSA a eficiência esperada devido o arranjo que foi estabelecido. Nesse âmbito, até que se prepare o edital e o submeta à PGE, foi discutido se haveria dificuldades com defeso eleitoral, onde o entendimento da PGE é de que Projetos, principalmente financiados com recursos externos, que possuem prazo e cronogramas definidos, podem dar andamento a seus processos, em virtude de não se prejudicar a execução. **A missão recomenda** que o PVSA providencie, nos moldes do edital do FIDA para Chamada Pública (a ser disponibilizado ao Projeto), o Termo de Referência com previsão de vigência de 01 (um) ano renovável e estimativa de custos respectiva, devendo prever contratos por lotes e pagamentos por produtos bimestrais. O FIDA acompanhará a elaboração e analisará os documentos para efeito de não objeção desse novo certame, que deve ocorrer neste ano de 2018 para início da prestação dos serviços em 2019. Em virtude da fragilidade da prestação dos serviços de Assistência Técnica atual, **a missão recomenda** a revisão do Manual Operativo do Projeto retirando a forma de pagamento lá estabelecida para essa prestação de serviços. O Manual deverá ser submetido à análise do FIDA após as adequações. **A missão recomenda** ainda, que não sejam mais aditados os contratos atuais de Assistência Técnica, a não ser que seja para cobrir o prazo de início dos serviços que constarão do próximo edital, evitando que os beneficiários fiquem descobertos de assistência.

### 5. Plano de Ação para fortalecimento dos aspectos de Aquisições

Para o fortalecimento dos aspectos das aquisições, em 21/05/2018 foi realizada reunião com a equipe financeira, jurídica e de prestações de contas do PVSA para identificação de gargalos na execução dos convênios com os beneficiários do PVSA e possibilidades de resoluções. Após diálogos **a missão recomendou** enviar uma solicitação de não objeção com a descrição dos pleitos analisados para regularização dos PIPs e resolução das pendências que estão travando a execução, o qual recebemos em 22/05/2018, o Ofício n.º 15.101-057/2018, explicitado que:

- Alguns tipos de aquisições realizadas pelos beneficiários não têm encontrado fornecedores locais (pessoas jurídicas) e foram adquiridos de pessoas físicas, como a construção de apriscos rústicos, cercas, implantação de banco proteico e aquisições de materiais e semoventes não disponíveis em lojas/empresas comerciais dos municípios próximos às associações. Isso incidiu na tributação do INSS Patronal, cujo o custo não está previsto nos Planos de Investimentos das Associações beneficiárias. Dessa forma o PVSA solicita não objeção para pagamento da Contribuição Patronal do INSS, que incide sobre esse tipo de prestação de serviços, sugerindo a utilização dos rendimentos desses PIPs, de cada associação nestas condições ou das sobras de recursos provenientes das licitações realizadas e, se necessário for ainda, utilizar recursos FIDA mediante análise de viabilidade financeira por parte da UGP.
- Necessidade de aquisição de pequenos animais, manivas (mandioca), madeira rústica, sementes forrageiras, dentre outras aquisições não disponíveis em lojas comerciais, diretamente de Pessoas Físicas, após análise e parecer da UGP, devido à dificuldade de aquisição por meio de Pessoas Jurídicas nos territórios de abrangência do PVSA.

Diante das duas solicitações descritas acima e registradas no Ofício n.º 15.101-057/2018, **o FIDA manifesta por meio deste Memorando de Supervisão, a não objeção aos dois pleitos**, condicionados (i) à adequada gestão dos recursos necessários às resoluções, (ii) ao atendimento do Manual Operativo do Projeto no trato de se obter três cotações (seja de licitação com Pessoa Física ou Jurídica), (iii) desde que o PVSA zele para que os beneficiários, ao realizarem as licitações com Pessoa Física, emitam os documentos legais necessários para a prestação de contas no SISCON PI, a exemplo da emissão de Nota Fiscal (Pessoa Física) juntos às Prefeituras e demais obrigações a que os convênios no âmbito do Governo Estadual estão submetidos, (iv) que orientem os beneficiários a continuar realizando as licitações dos demais itens que o mercado regional pode ofertar, por meio de licitações com Pessoas Jurídicas, e, por fim, que (v) as aquisições de pessoas físicas sejam realizadas com fornecedores de produtos de qualidade, a exemplo dos animais, que precisam ter certificação da ADAPI (ANVISA), atendendo adequadamente as especificações técnicas necessárias para que não se proporcione prejuízos ao beneficiários e ao PVSA. Aproveitamos para solicitar que toda documentação referente a esta não objeção seja mantida nos arquivos do projeto para apresentação em futuras missões do FIDA e auditorias.

Quanto à Coexecutora SETRE, a missão realizou em 21/05/2018 uma reunião em sua sede para verificar o andamento do certame relativo ao Edital 001/2018 para execução de 79 cursos de formação profissional para os jovens beneficiários do PVSA, englobando jovens mulheres e quilombolas, e atestou que o mesmo foi publicado em 15/05/2018, com previsão de início dos serviços (contratação) na primeira quinzena de julho. O edital tem por valor teto R\$ 3.160.000,00 (três milhões, cento e sessenta mil reais), que ultrapassa o valor previsto no ACT entre SETRE e SDR. Dessa forma, **a missão recomenda** que o PVSA providencie aditivo ao ATC, verificando a disponibilização dos recursos complementares para este contrato, seja orçamentário ou financeiro.

Em 22/05/2018, às 11h, foi realizada uma reunião com PGE – Procuradoria Geral do Estado, com a participação da equipe FIDA, PVSA e EMATER (Coexecutora), onde foram tratados os seguintes temas:

- Edital EMATER para contratação de técnicos para atuação no PVSA – o Edital 01/2018 retornou da PGE com parecer negativo à contratação dos técnicos devido à LRF no quesito de “limite de contratação de pessoal” por parte do EMATER. Em diálogo com a PGE, após esclarecimentos de que a contratação estava proposta no âmbito do Acordo de Empréstimo e com recursos FIDA, ficou acordado, que seria submetido novo edital para contratação de uma organização social que fornecerá esses 25 técnicos. Em conjunto com o FIDA, o EMATER, durante a missão, reestruturou o edital conforme acordado e a respectiva estimativa de custos. Diante do acompanhamento realizado na elaboração do novo edital, **o FIDA por meio deste Memorando de Missão de Supervisão emite a não objeção** para a contratação de Organização Social para prover 25 técnicos, por meio de Chamada Pública adaptada para o regramento FIDA, por 01 (um) ano renovável, no valor de R\$560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais). Aproveitamos para solicitar que toda documentação referente a esta contratação seja mantida nos arquivos do projeto para apresentação em futuras missões do FIDA e auditorias. O processo deste certame deve ser submetido à PGE até o final da próxima semana, para cumprimento dos acordos estabelecidos.

- ACT – Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto COMRADIO. Foi tratada com a PGE a possibilidade de, no âmbito do Acordo de Empréstimo, ser estabelecido um ACT entre a SDR/PVSA e o COMRADIO, por se tratar de ente governamental e terceiro setor. Como o ACT será nos moldes FIDA, a PGE informou ser favorável e acordou o envio do respectivo processo administrativo para emissão de parecer. Nesse entendimento, **o FIDA manifesta por meio deste Memorando de Missão de Supervisão a não objeção** ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Instituto COMRADIO e a SDR/PVSA, para a execução do “Projeto REDE VIVA O SEMIÁRIDO” (Formação de Jovens Comunicadores do Semiárido) que apresenta um orçamento global de R\$346.500,36, dos quais R\$188.850,18 serão aportados pelo PVSA/SDR e R\$157.650,18 pelo Instituto COMRADIO, em seguimento à parceria estabelecida. Aproveitamos para solicitar que toda documentação referente a este ACT seja mantida nos arquivos do projeto para apresentação em futuras missões do FIDA e auditorias.
- Durante a reunião, para agilizar as análises, a PGE solicitou inserir nos processos administrativos do PVSA a **etiqueta de “urgente”**. E no mesmo entendimento, a considerar o pouco prazo restante do PVSA (em torno de junho de 2020) **a missão recomenda** o atendimento da solicitação e a entrega dos processos para o ponto focal na PGE, de forma a agilizar as análises e emissões de pareceres.

## 6. Revisão do progresso da implementação do Plano de Aquisições

A missão identificou que o progresso de implementação do Plano de Aquisições tem relativo atraso, principalmente em relação às atividades das Coexecutoras do PVSA, devido ao arranjo descentralizado e das dificuldades no planejamento e andamento das licitações em seus órgãos.

Em apoio ao PVSA, a missão de supervisão realizou reuniões com as Coexecutoras para identificar os gargalos, onde foram revisados documentos que serão licitados em breve e feitos acordos para agilizar a execução.

Outro atraso significativo na implementação do Plano de Aquisições é com relação a execução dos Planos de Investimento Produtivos, que por falta de pessoal em campo voltada para gestão (documentações, licitações, contratações e prestações de contas), gera-se grande atraso nas liberações de novas parcelas, devidos as dificuldades com as prestações de contas, muitas vezes relativas à falta de atenção com a inserção da informações ou de conhecimento adequado das regras do SISCON/PI quanto às documentações.

A missão visitou no dia 15/05/2018 a única Cooperativa beneficiada pelo projeto que teve liberada todas as parcelas. A reunião foi em Picos-PI, com a COCAJUPI – Central de Cooperativas de Cajucultores do Estado do Piauí. Foi verificado que o Plano Estratégico com essa organização se encontra praticamente concluído, faltando apenas a prestação de contas da última parcela, relativa aos serviços de Assistência Técnica. Há um saldo de rendimentos dos recursos aplicados e o Presidente ficou de apresentar algumas propostas de utilização para análise da Coordenação do PVSA e decisão. O Plano Estratégico venceu em 29/03 e foi aditado por mais um ano. **A missão recomenda** que o saldo de rendimentos seja priorizado para atividade voltadas para recursos hídricos e/ou quintais produtivos, registra que não haverá novos aportes de recursos para este plano estratégico.

A supervisão constatou que cinco associações de apicultores se desligaram da COCAJUPI e solicita que o projeto verifique com os Presidentes e membros de cada uma das associações que se desligaram da COCAJUPI, os motivos do desligamento para informe ao FIDA até a próxima missão que será realizada em agosto/2018.

Em 16/05/2018, às 8h30min, foi realizada também uma visita à Associação de Apicultores da Lagoa do Sítio, cuja assistência técnica é feita pelo EMATER. Estão com significativo atraso na implementação, em vias de prestar contas ainda da 1ª parcela, que foi utilizada para a construção da casa de mel. A guarda dos documentos e procedimentos realizados estavam conformes. **A missão recomenda** agilidade nos procedimentos de licitações da segunda parcela, relativa à aquisição dos equipamentos para o trato do mel para comercialização.

Nos dias 16 e 17 de maio foram analisados documentos de licitações e contratos na UGP. Na oportunidade foram verificados os quatro Planos Estratégicos com as Cooperativas COCAJUPI, COMAPI, CASA APIS e ASCOBETÂNIA. Apenas a COCAJUPI está prestando contas da quarta e última parcela. A COMAPI recebeu a segunda parcela em maio/2017 e a CASA APIS e a ASCOBETÂNIA receberam a segunda parcela no final de agosto/2017. Diante do atraso na implementação desses Planos estratégicos, **a missão recomenda**

**fortemente** o acompanhamento desses planos estratégicos e a identificação dos gargalos de execução para uma atuação pontual da equipe da UGP, de forma a agilizar as licitações e respectivas prestações de contas.

## **7. Sistema Nacional de Aquisições e Contratações**

Aquisições e Contratações do Sistema Nacional aplicar-se-ão subsidiariamente às normas e regulamentos do FIDA. O método nacional Pregão Eletrônico e adesão de suas atas são comumente aceitos. Métodos nacionais que divergem da regra FIDA e do estabelecido no Plano de Aquisições do Projeto devem ser submetidos à consulta prévia para verificação de viabilidade e aceitação por excepcionalidade. As licitações realizadas no âmbito do PCT/IICA têm seguido a regra do FIDA.

Diante das particularidades de algumas contratações da Coexecutora EMATER relativas a instrutores/facilitadores horistas, ficou acordado durante a missão que, por serem contratações para realização de cursos técnicos comuns ao mercado e de baixo valor, e, para agilizar a execução, poderá ser feita três cotações e se contratar o menor preço com pessoas físicas, ao invés de avaliação curricular. O instrutor/facilitador que apresentar o menor preço deverá emitir Nota Fiscal ou RPA após realização dos serviços. A missão recomenda ainda, instrução adequada desses processos e elaboração de documento base. Havendo necessidade de realização de capacitações em que seja necessário cunho intelectual e desenvolvimento específico de conteúdo, não comum ao mercado, deverá ser feito procedimento de seleção de consultoria individual conforme a regra FIDA.

## **8. Cumprimento de cláusulas contratuais**

As cláusulas do Acordo de Empréstimo em relação ao envio do POA/PAC e dos relatórios de progresso semestrais estão sendo cumpridas, os contratos possuem as cláusulas de combate à Fraude e à Corrupção e a Auditoria Independente Anual está contratada e em vias de finalizar os serviços e emitir relatório final, antes do prazo limite de 30/06/2018. Porém o sistema de informações gerenciais e contábeis ainda não está disponível e encontra-se em fase de emissão de Ordem de Serviço por parte da SDR para que a empresa contratada possa iniciar o módulo financeiro.

Porém falta orçamento necessário para garantir a implementação do POA e há intempestividade no envio de relatórios e demonstrativos financeiros.

## **9. Conformidade dos processos de licitação e qualidade da documentação**

Quanto à conformidade dos processos de licitações e qualidade da documentação suporte a missão realizou revisões conjuntas de documentos que serão licitados de forma a adequar e corrigir possíveis problemas que atrapalhem a qualidade das seleções de serviços de consultorias e assistências técnicas que serão contratados no âmbito do PVSA.

Recentemente houve o não cumprimento de critérios estabelecidos em Termo de Referência, por deliberação da Comissão de Avaliação, que sofreu glosa por parte do FIDA por identificação de "*miss Procurement*" e falta de vinculação ao instrumento convocatório.

A recomendação da missão é voltada para que os documentos base das licitações (TDRs e Especificações Técnicas) contenham critérios que proporcionem contratações de qualidade para o projeto, conforme já explicitado em documentos de não objeções do FIDA e que atendam aos termos definidos nos instrumentos convocatórios.

## **10. Outros assuntos relevantes**

Quanto à Comissão de Avaliação dos Certames – a missão alerta para a diferença entre comissão de licitação e comissão de avaliação de certames. A primeira em geral é publicada em portarias em atendimento a exigências dos agentes financeiros externos e subsidiariamente à lei nacional e esta comissão "realiza procedimentos de licitações e contratos", ou seja, é a equipe de licitações do projeto. A segunda é temporária, não há para os agentes financeiros a exigência de publicação dos integrantes em portarias, pois é constituída apenas para avaliar tecnicamente e pontualmente cotações de preços, propostas técnicas e financeiras de determinado certame que tenham conhecimento do tema ou participado da elaboração de especificação técnica ou de termo de referência. Para os certames do PVSA é suficiente ao FIDA instruir o processo

administrativo com memorando que informe a composição (nomes e funções) de seus avaliadores, devendo ser no mínimo três integrantes. A missão esclarece que a composição da comissão de avaliação não precisa ser permanente, que pode ser integrada também por consultores quando necessário e que não precisa e nem deve ser publicada, pois a UGP deve ter o cuidado de não expor esses avaliadores, devendo blindá-los de possíveis assédios de empresas. O FIDA recomenda a internalização dessas recomendações em virtude do volume de contratações previstas, de forma a se provocar, por este motivo, mais atrasos na execução.

Outro ponto verificado durante a missão foi relativo a falta de placa de identificação do projeto (que deve ter a logo do governo, do PVSA e do FIDA) na edificação da Casa de Mel da Associação de Apicultores da Lagoa do Sítio, que tem o acompanhamento de assistência técnica feita pelo EMATER. Ao ser questionado, o técnico informou que providenciaram no local da obra somente a placa de identificação dos responsáveis pelos serviços de engenharia e que placa de identificação do projeto fica próxima à prefeitura do município. A missão recomenda que a UGP verifique essas questões e oriente os técnicos para instalar as placas nos terrenos das edificações.

## APPENDIX 03A: COMPLIANCE WITH LEGAL COVENANTS: STATUS OF IMPLEMENTATION

### Cláusulas contratuais de gestão financeira

Projeto Viva o Semiárido

Empréstimo FIDA I-788BR

DATA: 18/05/2018

Sección	Cláusulas do Contrato	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
<b>Seção B, 7</b>	<b>Conta Operativa.</b> O mutuário deverá abrir a Conta Operativa e a partir daí manter em um banco comercial aceito pelo Fundo, para recebimentos dos fundos do empréstimo e contrapartida	anualmente	cumprido	A Conta operativa foi aberta e permanece em operação na presente data
<b>Seção B, 8</b>	<b>Contrapartida.</b> Durante o período de execução do projeto, o mutuário deverá prover fundos de contrapartida oriundas de seus próprios recursos em um montante de US\$ 9.671.000).	anualmente	cumprido	Até o momento da supervisão o projeto disponibilizou recursos financeiros de contrapartida no valor de USD 5,4 milhões.
<b>Seção F, 2 (a)</b>	<b>Condições de Desembolso.</b> As condições específicas para desembolsos foram cumpridas i) Acordo de Garantia assinado ii) NO na versão final do MIP iii) NO no estabelecimento da UGP iv) Contas Designadas Abertas v) Fluxo de fundos e procedimentos financeiros estabelecidos	No início do projeto	cumprida	
<b>Anexo 1, II, 9</b>	<b>Fundo de Investimentos Produtivos.</b> Foi estabelecido e está operante.	anualmente	em cumprimento	<b>Ações atrasadas</b>
<b>Anexo 2, 1</b>	<b>Gastos Admissíveis.</b> Os Gastos Admissíveis tem sido financiados nos montantes, porcentagens e definições conforme indicadas no Anexo 2 do contrato de empréstimo.	anualmente	cumprido	
<b>Condições Gerais do FIDA</b>				
<b>Seção 4.02, b) das CG</b>	<b>Pre-requisitos de Saque.</b> Nenhum saque será efetuado sem a aprovação do primeiro POA e de todas as condições especificadas no Contrato de Empréstimo	anualmente	cumprido	
<b>Seção 4.04, b) das CG</b>	<b>Carta de Assinaturas.</b> Envio da Carta de Assinaturas para solicitação de Pedidos de Saque	anualmente	cumprido	

Sección	Cláusulas do Contrato	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
<b>Seção 4.04, c) das CG</b>	<b>Documentos de justificação.</b> Apresentação dos documentos e meios de comprovação exigida junto aos Pedidos de Saque	anualmente	cumprido	
<b>Seção 4.04, d) das CG</b>	<b>Conta Designada.</b> O mutuário deverá abrir e a partir daí manter em um banco comercial proposto pelo Mutuário e aceito pelo Fundo.	Início do projeto	cumprido	
<b>Seção 4.08, a) das CG</b>	Os Gastos Admissíveis tem sido financiadas: i) sobre custos razoáveis e contratados conforme Diretrizes do FIDA; ii) Durante o período de execução do projeto, salvo os gastos de encerramento que poderão ser efetuados após a data de conclusão e antes da data de encerramento; iii) Por partícipe do Projeto; iv) Realizada até o montante e a porcentagem indicada no Contrato de Empréstimo;	anualmente	<b>Cumprido parcialmente</b>	<b>Gastos inelegíveis em processo de compensação</b>
<b>Seção 4.08, c) e d) das CG</b>	Os Gastos Admissíveis não tem sido financiadas para pagamentos a pessoas ou empresas oriundos de países com restrições definidas em uma decisão do Conselho de Segurança da ONU. ou à empresas ou pessoas cujos bens e serviços foram constituintes de corrupção, fraude ou prática coeclitva ou colusória por parte de representantes do Mutuário ou fornecedoras de países com restrições de uma decisão do Conselho de Segurança da ONU.	anualmente	cumprido	
<b>Seção 7.01, b) (ii) das CG</b>	<b>Plano Operativo Anual.</b> Antes de cada ano do projeto, a UGP deverá apresentar a minuta do POA ao órgão de supervisão designado pelo mutuário para a sua revisão . Após a revisão A UGP deverá apresentar a minuta do POA ao Fundo para comentários.A UGP deverá adotar o POA na forma aceita pelo Fundo.	anualmente	cumprido	
<b>Seção 7.11 das CG</b>	<b>Pessoal-chave do Projeto.</b> O mutuário designará o Diretor e pessoal-chave do Projeto na forma especificada no Contrato de Empréstimo, com qualificações e experiencia adequadas aprovadas pelo Fundo, mantê-los durante todo o período de execução do Projeto.	anualmente	cumprido	<b>Porém o Diretor e pessoal chave financeiro não exclusivo para o projeto</b>
<b>Seção 8.01 das CG</b>	<b>Registros e documentação.</b> Os registros e documentação são adequados, refletem as operações relativas à execução do Projeto, e são mantidos arquivados em instalações adequadas.	anualmente	<b>Cumprido parcialmente</b>	Alto fluxo de tramitação de pessoal no setor financeiro.



Sección	Cláusulas do Contrato	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
Seção 8.02 a) das CG	Sistema de Gestão de Informações adequado satisfatório e operacional em conformidade com as Diretrizes de Avaliação de Projetos do FIDA	Início do projeto	<b>Não cumprido</b>	O sistema indisponível. O Projeto se comprometeu a disponibilizar um sistema até julho de 2017. Novo prazo foi para julho de 2018
<b>Seção 8.03 a) das CG</b>	<b>Relatórios de Progresso.</b> O mutuário enviará periodicamente o respectivo relatório com conteúdo adequado.	anualmente	cumprido	
<b>Seção 9.01 das CG</b>	<b>Registros Financeiros.</b> Os executores utilizarão contas e registros específicas e adequados para refletir de forma segregada, as operações, recursos e gastos relativos ao Projeto	anualmente	Cumprido	Atualmente somente pelo Sistema Governamental.
<b>Seção 9.01 das CG</b>	<b>Demonstrações Financeiras.</b> O mutuário deverá elaborar as demonstrações financeiras das operações, recursos e despesas relativas ao projeto a cada exercício fiscal, apresentando essas demonstrações financeiras ao Fundo no prazo de quatro meses contados do final desse período.	Anualmente	<b>Não cumprido</b>	<b>Não foram novamente apresentas ao FIDA no prazo.</b>
<b>Seção 9.03 a) das CG</b>	<b>Auditoria das Contas.</b> O mutuário fará com que as demonstrações financeiras relacionadas ao Projeto sejam auditadas a cada exercício fiscal por Auditores Independentes aceitáveis ao Fundo de acordo com as Diretrizes do FIDA para auditoria de projetos, de uso dos mutuários.	anualmente	Em cumprimento	Trabalhos em campo realizados. Em processo de análise e relatoria
<b>Seção 9.03 b) das CG</b>	<b>Relatório de Auditoria.</b> O mutuário deverá enviar uma cópia certificada do respectivo relatório ao Fundo e dentro do prazo de seis meses do final da cada exercício fiscal. Submeterá também ao Fundo a resposta à Carta Gerencial emitida pelos auditores, dentro de um mês após recebe-la.	anualmente	Em cumprimento	
<b>Seção 9.04 a) das CG</b>	Outros Relatórios Financeiros. O mutuário enviará ao Fundo prontamente os demais relatórios que o Fundo razoavelmente solicite sobre qualquer assunto financeiro relacionado ao Projeto	anualmente	<b>Cumprido parcialmente</b>	<b>Sem o sistema do projeto disponível, os relatórios não são entregues oportunamente ou fiáveis.</b>
<b>Seção 10.03 das CG</b>	<b>Avaliações.</b> O Mutuario e cada parte do Projeto deverá facilitar todas as avaliações e análises de Projeto que o Fundo possa eventualmente realizar durante a execução do projeto, e durante dez anos após essa data.	anualmente	Cumprido	